

Economia em Debate

nº 282

(05/07/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Candidatos falam em controle do câmbio e em corte de impostos

O Estado de S. Paulo - 05/07/2018

Em encontro ontem com cerca de 2 mil empresários, em Brasília, pré-candidatos à Presidência apresentaram propostas econômicas como o controle do câmbio e do juro e a redução de impostos para empresas. A primeira medida foi defendida por Ciro Gomes (PDT). Ele também propõe usar bancos públicos para baratear o crédito. Ainda no evento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Geraldo Alckmin (PSDB) citou como exemplo Donald Trump e falou em diminuir o Imposto de Renda das empresas. Marina Silva (Rede) gerou reação negativa da plateia ao falar em rever pontos que chamou de “draconianos” da reforma trabalhista. Ciro também disse que pretende mudar pontos da reforma, em vigor desde novembro.

Em um encontro ontem com cerca de 2 mil empresários, em Brasília, pré-candidatos à Presidência apresentaram propostas econômicas como o controle do câmbio e dos juros e a redução de impostos para as empresas. A primeira medida foi defendida pelo presidenciável do PDT, Ciro Gomes, que também prometeu usar bancos públicos do País para baratear o crédito. Ainda no evento, organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), enquanto o tucano Geraldo Alckmin falou em diminuir o Imposto de Renda das companhias, Marina Silva (Rede) gerou reação negativa da plateia ao prometer rever pontos “draconianos” da reforma trabalhista. Ciro também disse que pretende mudar o texto aprovado pelo Congresso.

Ao prometer reduzir o imposto das empresas, o presidenciável tucano citou como exemplo o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. “Veja que nos Estados Unidos o presidente Donald Trump reduziu o imposto. Temos de estimular novos investimentos e fazer com que venham para cá”, afirmou Alckmin. Após a palestra, porém, coube ao assessor econômico de Alckmin, Persio Arida, explicar que a queda de arrecadação seria compensada com a adoção de um novo imposto. Ele incidiria sobre os dividendos pagos pelas empresas a seus acionistas – uma pauta polêmica e defendida, historicamente, pela esquerda.

Presente na plateia, o industrial do ramo cerâmico Francisco Xavier de Andrade afirmou que a redução de impostos poderia ter efeito positivo sobre as contas públicas, ao estimular o aumento de empregos formais. “Com alíquota menor, a informalidade diminui, o que aumenta a arrecadação.”

Câmbio. Ciro Gomes, do PDT, também escolheu para sua fala dois temas caros aos empresários – câmbio e juros. “Vou agir nos dois preços centrais que estão desindustrializando o Brasil”, disse ele. Sem citar valores, defendeu um patamar para o dólar que estimule as exportações. No caso da taxa de juro, disse que pretende usar o Banco do Brasil e a Caixa para baratear o crédito, citando na sequência uma das operações mais comuns na contabilidade das empresas – o desconto de duplicata. Segundo ele, o juro nessa operação

poderia cair pela metade, para 0,75% ao mês. O uso dos bancos públicos também foi um dos instrumentos adotados pela presidente cassada Dilma Rousseff para forçar as instituições privadas a cortar suas taxas.

José Luis Korman, empresário do ramo de tecnologia do Rio Grande do Sul, viu colegas aplaudindo a proposta, mas demonstrou contrariedade. “É um canto de sereia de curto prazo. A experiência já mostrou que o controle de preços é o pior cenário”, disse.

O custo do crédito também foi citado por Henrique Meirelles, pré-candidato do MDB, e por Marina Silva, da Rede, que prometeram adotar medidas para baratear o custo dos empréstimos, mas sem interferência de bancos públicos.

‘Selvagem’. A promessa de rever pontos da reforma trabalhista, ao contrário, gerou reação negativa dos empresários. Marina prometeu rever pontos “draconianos”, enquanto Ciro disse que a mudança foi “selvagem”, o que provocou vaias de alguns presentes. “Fui vaiado por uma pequena fração, mas não estou preocupado.”

O deputado Jair Bolsonaro defendeu a ampliação do espaço da iniciativa privada na economia e a redução do Estado, com corte no número de ministérios. Ele voltou a dizer que pretende indicar mais militares para cargos-chave da sua administração. Mas o pré-candidato do PSL foi criticado por alguns participantes por não ter detalhado nenhuma proposta de maior interesse dos empresários, como a reforma da Previdência.

Benefício fiscal para transportadoras pode ter impacto de R\$ 27 bi

O Estado de S. Paulo - 05/07/2018

Depois do bolsa caminhoneiro, o Congresso Nacional tenta aprovar projeto de lei com uma série de benefícios fiscais para as transportadoras que pode desfalcar os cofres da União em pelo menos R\$ 26,9 bilhões neste e nos próximos dois anos. O cálculo da Receita Federal ainda é preliminar e pode crescer diante da grande lista de renúncias, já aprovada na Câmara e que depende de aval do Senado. Se alguma dessas medidas entrar em vigor ainda este ano, será preciso rever benefícios de outros setores ou aumentar tributos para bancar a fatura.

As perdas ainda podem se estender a Estados e municípios, já que o texto prevê a redução de base de cálculo também para impostos e taxas desses entes. Diante de números tão alarmantes, a expectativa do governo é mostrar que a situação atual das contas públicas não é compatível com a aprovação desse projeto e conseguir impedir o avanço do texto no Senado.

O prejuízo maior vem do dispositivo que, na prática, permite que as transportadoras retirem da base de cálculo de tributos parte “significativa” dos seus custos de operação, como o pagamento de taxas (inclusive veiculares),

impostos e contribuições. Só com essa medida, o governo abriria mão de cerca de R\$ 5 bilhões ao ano. O impacto foi calculado de forma anualizada, ou seja, em 2018 o efeito seria menor porque restam apenas seis meses no ano.

O projeto ainda prevê a criação de um plano nacional de renovação de frota de caminhões, com financiamentos em condições diferenciadas, como juros menores e prazos mais longos. As empresas que aderirem ainda terão alíquota zero de PIS/Cofins e IPI para a compra de caminhões novos. Essa isenção geraria um desfalque de R\$ 1,5 bilhão a R\$ 1,7 bilhão ao ano nas receitas federais.

Cálculo. As estimativas foram feitas pela Receita Federal após a aprovação do projeto na Câmara, embora a Lei de Responsabilidade Fiscal e a própria Constituição exijam que os cálculos constem no parecer emitido pelo relator, para orientar a votação. “Esse projeto está fora das diretrizes fiscais”, disse ao Estadão/Broadcast o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias.

Comissão aprova MP que tabela preço de frete **O Estado de S. Paulo - 05/07/2018**

Numa sessão relâmpago de cerca de dois minutos, deputados e senadores da comissão especial que analisa a Medida Provisória 832, que estabeleceu preço mínimo para o frete rodoviário, aprovou ontem parecer do deputado Osmar Terra (MDBRS) sobre o tema. Não foi marcada uma data para o texto ser votado no plenário da Câmara.

A proposta determina que os preços mínimos do frete devem ser divulgados a partir de regulamentação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), incluindo custos referentes ao óleo diesel e aos pedágios e levando em conta distâncias e especificidades de cargas. Nova tabela deve ser publicada pela ANTT sempre que o preço do óleo diesel oscilar mais de 10% no mercado nacional em relação ao preço usado na planilha de cálculo dos valores.

O tabelamento dos preços de frete foi autorizado pelo presidente Michel Temer no fim de maio, em meio às negociações para o fim da paralisação dos caminhoneiros. A MP foi questionada na Justiça. Em junho, o ministro Luiz Fux, relator das ações que questionam a proposta no Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu os processos que tramitam em instâncias inferiores, até que decida sobre a legalidade da medida.

O texto prevê que os preços mínimos para o frete têm natureza vinculativa e, se forem desrespeitados, podem levar o infrator a indenizar o transportador. Terra acolheu a emenda apresentada por Nelson Marquezelli (PTB-SP), que prevê anistia para multas e sanções aplicadas aos caminhoneiros durante a paralisação, entre o fim de maio e começo de junho.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) afirmou que o texto não considerou os argumentos do setor produtivo. Para a entidade, o tabelamento do frete é “claramente inconstitucional, pois viola a livre iniciativa e a livre concorrência”.

Bancos investigados por cartel no câmbio negociam acordo

O Estado de S. Paulo - 05/07/2018

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) negocia novos acordos com bancos investigados por formação de cartel no mercado de câmbio. O Estadão/Broadcast apurou que está em negociação a assinatura de termos de compromisso com instituições que são alvo de dois processos que correm paralelamente no órgão: um que investiga um conluio de instituições internacionais que teria prejudicado o mercado brasileiro e outro que apura a formação de cartel por bancos no Brasil, que teria afetado a cotação do real.

Os processos ainda estão em fase de investigação e a previsão é que sejam julgados pelo plenário do tribunal até o fim deste ano, quando a investigação for concluída pela Superintendência-Geral do Cade.

A tendência é que bancos que fecharem acordo paguem multas milionárias. No início de junho, o Cade firmou dois acordos no processo que investiga o cartel de câmbio internacional. Morgan Stanley e Royal Bank of Canadá concordaram em pagar R\$ 30,28 milhões e R\$ 12,58 milhões, respectivamente, para encerrar a investigação contra eles.

Pela jurisprudência do Cade, empresas investigadas podem fechar acordos em que se comprometem a colaborar com as investigações e fazem uma contribuição financeira calculada com base no valor da multa que pagaria se fosse condenada. O “desconto” dado pelo Cade é maior para as primeiras empresas que firmam acordo e nem todas são beneficiadas, o que acaba provoca uma corrida para negociar os termos de compromisso.

Processos. Em julho de 2015, o Cade iniciou investigação de cartel no exterior que afetou o real e moedas estrangeiras e a manipulação de índices de referência de mercado, como o WM/Reuters e o do Banco Central Europeu. Além dos dois acordos assinados em junho, o órgão firmou cinco entendimentos nesse caso – foram pagos R\$ 183,5 milhões pelos bancos Barclays, Citicorp, Deutsche Bank, HSBC Bank e JPMorgan.

A investigação continua contra os bancos Standard Chartered Bank, The Bank of TokyoMitsubishi, Credit Suisse, Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith, Nomura International, Royal Bank of Scotland, Standard Chartered Bank (Brasil) e UBS, além de 30 pessoas físicas.

Tokyo, Citicorp, Credit Suisse Merrill Lynch e JP Morgan informaram que não vão comentar o assunto. O Deutsch disse “ter como princípio colaborar com as

autoridades e já firmou acordo com o Cade”. Os demais bancos não responderam ou não foram localizados.

Em outro processo, o Cade investiga cartel no mercado nacional de câmbio. As práticas teriam sido realizadas por bancos no Brasil e atingido operações de câmbio à vista, a termo e futuros executadas em real.

Ainda não foi fechado acordo com nenhum banco. São alvo o BBM, BNP Paribas Brasil, BTG Pactual, Citibank e HSBC Bank Brasil. Há indícios de participação em menor grau dos bancos ABN AMRO Real, Fibra, Itaú BBA, Santander (Brasil) e Banco Société Générale Brasil.

Cem empresas acionam bancos por ‘cartel do câmbio’ **O Estado de S. Paulo - 05/07/2018**

Mais de cem empresas exportadoras, representadas pela Associa  o de Comércio Exterior do Brasil (AEB) entraram na Justiça Federal de Brasília contra dez bancos que fariam parte do chamado cartel do câmbio, processo que está sendo investigado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Essa aço, denominada antecipac  o de provas,    a primeira parte de um processo que visa a cobrar perdas estimadas em mais de R\$ 50 bilhões.

Os prejuízos teriam ocorrido no período entre 2007 e 2013, quando um grupo de institui  es financeiras teria manipulado, em benefício próprio, as cota  es do dólar em suas transa  es com empresas exportadoras.

A aço também pede a prorroga  o do prazo para pedidos de indeniza  o aos bancos envolvidos. Se for levado em conta o período em que o Cade iniciou as investiga  es, o prazo se encerraria no fim deste mês.

Entre os associadas da AEB estão grupos como Fiat, Marcopolo, Weg, Bunge e Suzano. Várias empresas, entre as quais a Petrobrás, também estão pedindo individualmente na Justiça para que o prazo de prescri  o seja prorrogado.

Há um entendimento de que os pedidos de reparos só podem ser feitos após o término da investiga  o do Cade, provando que o cartel existiu e que levou as empresas a perderem receitas por terem recebido menos reais por dólar nas transa  es. Como o Cade só deve concluir os trabalhos no fim do ano, há riscos de as empresas perderem o prazo para ajuizar a  es de indeniza  o.

Confissão. O vice-presidente da AEB, Roberto Giannetti da Fonseca, entende, contudo, que o fato de alguns bancos já terem assinado acordos de leniência (dela  o) com o Cade “   uma confissão da atua  o do cartel”.

Ele também está certo de que “o Cade vai julgar o cartel culpado por um prejuízo bilionário aos exportadores porque já confessaram.”

Segundo Giannetti, o valor a ser pedido futuramente terá como base a taxa de câmbio factual do período. A ação da AEB foi encaminhada à Justiça em maio e, de acordo com ele, os bancos já foram notificados.

Estão envolvidos nas investigações da possível formação de cartel no mercado brasileiro de câmbio, com diferentes níveis de participação, dez bancos: ABNAMro, BBM, BNB Paribas, BTG, Citibank, Fibra, HSBC, Itaú BBA, Santander, Société Générale Brasil. Nesse grupo ainda não ocorreu nenhum acordo com o Cade.

Procurados, BBM, BTG, ABN (hoje pertencente ao Santander), Citibank, HSBC (hoje pertencente ao Bradesco), Santander e Société Générale afirmaram que não vão comentar o assunto. BNP e Fibra não se pronunciaram.

Por meio de nota, o Itaú Unibanco informou que “não foi comunicado sobre os processos e reforça seu firme entendimento de que não participou de nenhuma atividade ilícita e, portanto, não gerou qualquer dano a qualquer empresa”.

Giannetti afirma ainda que a decisão de antecipar as provas da atuação do cartel no Brasil tem atraído novas empresas à AEB. “Muitas empresas, especialmente pequenas e médias estão se associando por causa disso.” Primeiro acordo. O início das investigações por parte do Cade ocorreu após descobertas internacionais de que bancos de diferentes países, muitos deles com filiais no Brasil, teriam usado a prática de combinar preços e taxas nas cotações de moedas locais.

Em 2015, o banco suíço UBS fez acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos confessando a prática e denunciando outros envolvidos. Com isso, se livrou de multas. Logo depois, o UBS também fez acordo com o Cade para o processo que envolve bancos estrangeiros com atuação no País.

CNI diz que instabilidade de regras barra crescimento O Estado de S. Paulo - 05/07/2018

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou ontem aos pré-candidatos à Presidência um documento com propostas do setor para “melhorar as condições produtivas e estimular o crescimento sustentado”.

O texto, dividido em nove itens, traz 43 propostas que tratam de temas ligados à educação, meio ambiente, desburocratização, tributos e infraestrutura, entre outros. Para a entidade, a instabilidade de regras, as mudanças na interpretação de leis e os conflitos entre Poderes têm ajudado a segurar o crescimento econômico.

O presidente da CNI, Robson de Andrade, afirmou que a “agenda de reformas deve ser o carro-chefe” da discussão. “Mais do que nunca, é fundamental que os brasileiros escolham governantes que estejam verdadeiramente comprometidos com a retomada do desenvolvimento do País”, disse.

Ao tratar do tema da segurança jurídica, o documento defende, por exemplo, mudar trechos da Lei de Licitações – para dar mais “discricionariedade” ao gestor público para contratar estudos – e aumentar controles internos para identificar na concepção dos projetos eventuais problemas em obras.

Ao tratar de tributação, uma das propostas é reduzir alíquotas de impostos como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda das empresas. Outra proposta é ampliar o incentivo à inovação tecnológica.

Greve derruba indústria **O Estado de S. Paulo - 05/07/2018**

A indústria registrou o segundo pior desempenho da história em maio, quando a greve dos caminhoneiros levou o País a uma crise de desabastecimento. A produção caiu 10,9% em relação a abril, retrocedendo ao patamar de 15 anos atrás, segundo os dados do IBGE, divulgados ontem. A produção de veículos despencou quase 30%. Os setores de alimentos e bebidas registraram quedas recordes, de 17% e 18%, respectivamente.

O bloqueio de estradas por todo o País durante 11 dias provocou falta de matéria-prima, impossibilidade de escoamento de produtos e, em alguns casos, até ausência de funcionários que não conseguiram chegar ao trabalho, disse André Macedo, gerente de Coordenação da Indústria do IBGE. “Há relatos de paralisações em várias plantas industriais por causa da greve. Algumas chegaram a parar porque não tinham comida para abrir os refeitórios.”

Segundo ele, algumas cadeias produtivas ainda não tinham sido normalizadas no início de junho, quando a greve já estava terminada. “Quanto disso vai afetar a produção de junho não sabemos, mas isso pode sim trazer algum tipo de reflexo para a produção”, afirmou Macedo. “Isso vai fazer parte da história de 2018 e vai entrar na conta do fechamento do ano.”

O resultado, no entanto, não surpreendeu. A queda foi até mais branda do que as estimativas dos analistas consultados pelo Projeções Broadcast, que estimavam uma redução média de 14% no ritmo de produção em maio. Isso indica que algumas empresas conseguiram manter um ritmo de trabalho que não comprometesse tanto a produção, como as que possuem frota própria e que trabalham com estoques mais elevados, diz o economista Igor Velecico, do Bradesco.

Segundo ele, o número divulgado ontem “não altera muito a visão em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) do segundo trimestre. A projeção estava inclinada a ir para -0,4%, mas vamos mantê-la em -0,3%”, disse Velecico, que espera uma alta de 0,6% no PIB do terceiro trimestre, reforçando a expectativa de impacto temporário sobre a atividade econômica.

A avaliação do IBGE é de que é possível que haja reflexos da greve nos resultados da produção industrial em junho, embora a expectativa seja de

retomada gradual, passada a paralisação. “Para recuperar a produção, primeiro é necessário desovar os estoques. A queda na confiança vai afetar decisões de investimentos e contratações. A tabela do frete é uma questão que ainda não foi solucionada e está afetando a indústria. Isso dificulta até as previsões de quando a produção retorna ao patamar pré-greve”, disse o economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Marcelo Azevedo.

Conjuntura. O cenário conjuntural não mudou muito com a paralisação dos caminhoneiros, exceto pelos reflexos sobre o aumento das incertezas e a redução na confiança dos agentes da economia, defendeu André Macedo. Ele lembra que a inflação permanece mais controlada, e o mercado de trabalho segue melhor do que no ano passado, embora ainda com um contingente elevado de desempregados.

“Não há dúvida de que a trajetória é de recuperação, não há bloqueio nem reversão. É apenas uma recuperação cheia de problemas e interrupções”, disse Rafael Cagnin, economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). “A indústria vai sair do atoleiro, mas não necessariamente caminhar para o futuro. Isso só se concretiza em 2019.”

Relator da LDO aceita proposta para regra de ouro **Valor Econômico - 05/07/2018**

O senador Dalirio Beber (PSDB-SC), relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2019, afirmou que os números das contas públicas não permitem que a elaboração do Orçamento ignore o estouro da chamada "regra de ouro". Ele disse ter optado pelo caminho "menos traumático" ao aceitar o modelo proposto pelo governo para cumprir a norma no ano que vem.

Os técnicos haviam avaliado que a modelagem poderia ser apontada até mesmo como inconstitucional, mas também tinham reconhecido a inexistência de uma alternativa incontestável. A dificuldade decorre do fato de que, pela primeira vez, o governo avisa de antemão que não poderá cumprir a regra de ouro.

Na visão dos técnicos, o Orçamento não poderia ter essa previsão e um eventual crédito adicional (que seria o momento em que o governo admite formalmente não ter recursos suficientes para atender à norma) deveria ser solicitado apenas durante a execução orçamentária - ou seja, em 2019.

"Os números são tão desesperadores que não podemos tampar o sol com a peneira. Precisamos discutir essa questão agora e já através do nosso PLDO chamamos atenção para esse debate", afirmou o senador.

Mesmo com as críticas, os técnicos reconhecem que "esconder" um possível descumprimento da regra de ouro nas peças orçamentárias também poderia ferir a transparência com as contas públicas. "Os números não permitem que a gente minta. Estamos diante de um déficit orçamentário e temos uma projeção indicativa da mesma situação pela frente", disse Beber.

No relatório, o senador ainda escreveu que estava-se diante de uma "escolha de Sofia". "Optamos pela menos traumática, no nosso modo de ver", escreveu, em referência à segunda opção.

O senador disse ainda que o relatório final apresentado por ele tem como objetivo não causar problemas adicionais ao próximo presidente da República quanto às contas públicas. "Nosso projeto é não levar ao próximo governo mais dificuldades", disse.

Ele ressaltou ainda que no ano que vem o governo pode até mesmo apresentar medidas que acabem equacionando a regra em 2019. "O novo chefe do Executivo poderá com sua equipe no primeiro trimestre do ano soluções que até possam ser desnecessárias para o cumprimento da regra de ouro", disse.

Na opinião dos técnicos das consultorias de orçamento ouvidos pela reportagem, o senador considerou as críticas feitas por eles mas acabou seguindo a ideia de que não reconhecer a existência de um "estouro" da regra de ouro já nas peças orçamentárias poderia ferir a transparência do processo. Outro ponto ressaltado por eles é que o relatório, em contrapartida, traz medidas de ajuste fiscal efetivas - como a demanda por um plano de redução de subsídios.

A regra de ouro veda operações de crédito (endividamento público) em montante superior ao total das despesas de capital (como investimentos). A exceção é quando o valor for autorizado por meio de créditos adicionais, aprovados pelo Congresso - e o governo buscou essa saída ao inserir, na sua versão do PLDO, um artigo prevendo créditos adicionais.

Mas os técnicos do Congresso contestaram dizendo que as peças orçamentárias devem vir com a regra de ouro equacionada (operações de crédito iguais ou abaixo das despesas de capital) e os créditos adicionais só podem ser requeridos durante a execução do Orçamento - ou seja, no ano que vem. A análise está em nota técnica elaborada conjuntamente pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf, do Senado) e pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof, da Câmara).

O governo calcula uma insuficiência de aproximadamente R\$ 260 bilhões para cumprir a regra de ouro no ano que vem. De acordo com as projeções oficiais, esse estouro deve continuar nos anos posteriores. A estimativa é de uma insuficiência de R\$ 307,3 bilhões em 2020 e de R\$ 228,4 bilhões em 2021.

Após tombo em maio, indústria fechará 2º tri com queda forte

Valor Econômico - 05/07/2018

Após o tombo de 10,9% na produção de maio, na comparação com abril, a indústria deve recompor apenas parcialmente as perdas em junho, o que fará o

setor fechar o segundo trimestre com uma queda expressiva, de mais de 4%. Uma má notícia para quem já decepcionou ao ficar estável no primeiro trimestre na comparação com os últimos três meses do ano passado. A queda ainda fez a indústria voltar ao nível de produção em que rodava em agosto de 2003.

A produção foi afetada pela greve dos caminhoneiros, que durou 11 dias em maio e interrompeu tanto a chegada de insumos nas fábricas quanto o escoamento de mercadorias acabadas. Dos 805 produtos pesquisados pelo IBGE, dos 805 acompanhados pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM), 561, ou 70% tiveram queda de produção. O recuo atingiu todas as categorias econômicas: duráveis (-27,4%), bens de capital (-18,3%), semi e não duráveis (-12,2%), e intermediários (-5,2%).

Na comparação com o mesmo período do ano passado, a produção industrial teve queda de 6,6%. No acumulado do ano, o crescimento de 4,5% até abril foi cortado em mais da metade, para 2% em maio. Em 12 meses, o acumulado recuou de 3,9% para 3%.

Os efeitos da paralisação dos caminhoneiros devem se estender para junho, já que o bloqueio das estradas afetou diferentes etapas e momentos da cadeia produtiva, afirma André Macedo, gerente da PIM. "Houve desabastecimento de matérias-primas, dificuldades de escoamento de produtos. Isso pode trazer algum reflexo negativo para os primeiros meses de junho se as cadeias produtivas permanecerem desarticuladas", diz. E algumas fábricas liberaram funcionários para os jogos do Brasil na Copa, o que também pode influenciar o desempenho da produção.

Para o Santander, a indústria deve recuperar em junho em torno de 80% da produção, puxada pelo segmento de veículos. "Será uma devolução importante, mas não integral. Os poucos indicadores coincidentes disponíveis sinalizam aumento de 8% na produção do mês passado", afirma Rodolfo Margato, economista da instituição. Ele ressalta que a projeção é preliminar. Se realizada, a produção industrial fecharia o segundo trimestre com uma queda expressiva de 4,1% sobre o primeiro, feito o ajuste sazonal.

Os dados da Anfavea (que reúne as montadoras de veículos) em junho, a serem divulgados hoje, devem vir positivos. "É um setor de bens estocáveis, não depende de insumos perecíveis. O setor de alimentos, por outro lado, deve devolver em menor escala as fortes perdas de maio", afirma Margato.

Nas projeções do Itaú Unibanco, que prevê alta de 10,9% na produção industrial do mês passado, houve crescimento de 33,3% na fabricação de veículos no período, na comparação com maio, feito o ajuste sazonal, para 235,5 mil unidades. Ante o mesmo período do ano passado a alta seria de 11,3%. Este é um dos principais segmentos da indústria e, em maio, boa parte da queda de 10,9% se deve a ele, que recuou 29,8%.

Margato lembra que abril apontava para uma aceleração na atividade, que não teve continuidade por causa da greve. Se ali se esperava um crescimento de 0,8% no PIB, a projeção caiu agora para 0,2% no segundo trimestre. Ele avalia que a greve ainda vai afetar a economia no segundo semestre, pelo canal de confiança. "Já havia muita incerteza, que a greve potencializou", diz.

Da mesma forma que no PIB, a estimativa para a produção industrial em 2018 caiu de 5% para 3,5%. "A projeção inicial estava longe de ser uma retomada vigorosa, mas a greve 'contaminou' as estimativas para o ano", afirma o economista do Santander.

Macedo, do IBGE, diz que a queda do setor provocada pela paralisação dos caminhoneiros, embora tenha sido um evento pontual, tornou mais difícil analisar se a indústria permanece ou não em trajetória de recuperação, especialmente após um começo de ano mais lento.

No cálculo do banco UBS, o desempenho da indústria em maio deixou um carregamento estatístico em torno de -5% para o ano. Quer dizer que se a produção se mantiver no mesmo nível daquele mês, terminará 2018 com queda de quase 5%.

Já o MUFG Brasil estima que a produção industrial termine 2018 com alta de 2,3%, menos do que os 3% nos 12 meses encerrados em maio e também do que os 2,5% registrados em 2017.

A queda da indústria em maio foi muito forte também quando se toma uma perspectiva mais longa. De acordo com uma série histórica reunida e ajustada sazonalmente pelo UBS desde 1975, foi a quarta maior em 43 anos. Os três maiores tombos anteriores ocorreram em abril de 1990 (-20% ante março) devido ao Plano Collor; em maio de 1995 (-11%), resultado de uma greve de petroleiros; e dezembro de 2008 (-11%), efeito da crise econômica mundial, pós-quebra do banco Lehman Brothers.

Assim como outras instituições, o UBS estima uma recuperação parcial da produção da indústria em junho, com aumento de 7%. Tal projeção baseia-se em indicadores já conhecidos, como confiança, emplacamento de veículos e dias úteis, segundo os economistas Fabio Ramos e Tony Volpon em relatório.

Flavio Serrano, do banco Haitong, diz que, em junho, o setor virá com um número positivo, mas sua magnitude ainda é incerta. Agora que se sabe o tamanho do estrago que a paralisação dos caminhoneiros provocou na produção industrial de maio, o ponto mais importante é a velocidade com que o setor vai devolver as perdas em junho, diz. Essa velocidade permitirá tirar mais conclusões sobre o ritmo da atividade no país.

Brasil pode retaliar UE por causa de cotas agrícolas pós-Brexit

Valor Econômico - 05/07/2018

Exportadores agrícolas, incluindo o Brasil, poderão acabar por retaliar a União Europeia (UE) por causa da repartição que Bruxelas quer fazer nas cotas agrícolas europeias após o Brexit (saída britânica do mercado comum europeu).

O Brasil tem interesse forte na questão, com várias cotas na UE, principalmente para açúcar, carnes bovina e de frango, envolvendo negócios de dezenas de milhões de dólares. Em certos acordos comerciais, países normalmente oferecem alocação de cotas para um parceiro exportar determinado volume, com alíquota menor, num comércio administrado para proteger o produtor local.

A expectativa da UE é que o Reino Unido vai deixar de ser membro da UE a partir de 30 de março de 2019, mas o acordo de saída atualmente em negociação ainda está longe de ser concluído.

Na semana passada, os líderes da UE autorizaram a Comissão Europeia, o braço executivo do bloco, a abrir negociações formais com membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a repartição das cotas.

O Valor apurou que, em encontro realizado nesta semana, em Genebra, representantes da UE e do Reino Unido reafirmaram a exportadores agrícolas o plano de repartir as cotas levando em conta o consumo britânicos e dos outros 27 países comunitários no período 2011-2015, e sem expandi-las, depois de 2019, quando se espera a concretização do Brexit. No entanto, os exportadores mostram-se insatisfeitos, pelo risco de fatias de mercado serem perdidas, tanto na Europa como no Reino Unido.

Toda exportação envolverá o custo de cruzar uma fronteira (papelada, transporte etc.). Esse é o aspecto central de discussão no Reino Unido sobre ficar fora, ou não, do mercado comum europeu. O mesmo acontece com os exportadores brasileiros. Quem antes exportava 100 numa única operação, vai ter agora que operacionalizar duas operações distintas para poder exportar o mesmo volume.

Com a repartição das cotas, o exportador perde a flexibilidade de alocar a cota de acordo com condições de mercado mais favoráveis na UE ou no Reino Unido. Além disso, a repartição, como querem UE e Reino Unido, "congela" uma situação do triênio 2011-2015, que pode não ser a mais vantajosa e nem representa mais a realidade dos fluxos de comércio hoje, na avaliação de exportadores.

Por isso, o Brasil e outros exportadores, incluindo EUA, Argentina, Canadá, Nova Zelândia, Tailândia e Uruguai, vão certamente querer compensações por eventual perda de mercado, conforme as regras da OMC.

A UE diz, de um lado, que está pronta a negociar, mas de outro já avisou que não vê argumentos para justificar o pagamento de compensações aos parceiros. Se esse cenário persistir, só restará aos exportadores retaliar a UE, até por questão de princípio. Além de cotas específicas, o Brasil faz um bom número de exportações através de cotas que são atribuídas a todos os países.

Falta de reformas pode gerar mais turbulência que a desvalorização cambial, diz Giambiagi

Valor Econômico - 05/07/2018

A desvalorização do câmbio nas últimas duas semanas vai se revelar "café pequeno" em comparação às turbulências que podem ocorrer nos próximos meses se o mercado financeiro concluir que as reformas não serão realizadas. A avaliação é de Fabio Giambiagi, chefe do Departamento de Pesquisas Econômicas do BNDES.

"Aquela alta do dólar de 15 dias atrás é café pequeno diante do tamanho da confusão pode ter pela frente, em algum momento entre setembro e março do ano que vem, se cair a ficha do mercado de que haverá zero de reformas. Então, é importante que isso fique claro", disse o economista, durante evento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no Rio.

Giambiagi fez o alerta ao comentar os cenários traçados na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, planejamento lançado pelo governo em junho que se propõe a traçar cenários para o crescimento do país ao longo dos próximos 12 anos. A crítica é que o plano não inclui um cenário sem a ocorrência de reformas.

"É importante que isso fique claro, porque a impressão é que 99% das pessoas ignoram esse risco, de que podemos estar na iminência de uma confusão muito grande, que pode levar a cenários extremos, que a imaginação está livre para avaliar", disse o economista do BNDES.

De acordo com o documento, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro pode crescer 2,3% ao ano, até 2031, considerando um cenário com reformas que viabilizam o equilíbrio fiscal, mas sem reformas microeconômicas. Num cenário mais otimista, com reformas mais amplas no país, o PIB cresceria em ritmo mais acelerado, de 3,9% ao ano.

"Não sei se há espaço para incorporar [um cenário mais negativo], mas é preciso passar para a sociedade que há o cenário do desastre", disse o economista.

Giambiagi também comentou as críticas à atuação do Banco Central (BC) no mercado de câmbio. Para ele, sem a atuação da autoridade monetária, a desvalorização do real frente ao dólar seria ainda mais intensa. "O governo vendendo um caminhão de swaps e o câmbio foi de R\$ 3,30 a R\$ 3,90 hoje. Imagine sem essa política", indagou.

Diretor de estudos e políticas macroeconômicas do Ipea, José Ronaldo de Souza Junior disse que o documento também trata de cenários alternativos, mas sem quantificá-los.

Por prazo eleitoral, Temer quer definição sobre Rota 2030 hoje

Valor Econômico - 05/07/2018

Sob pressão da indústria automobilística, com quem firmou compromisso de renovar a política de benefícios fiscais, o presidente Michel Temer cobrou do Ministério da Fazenda que concluísse até hoje o documento com os termos do Rota 2030, incluindo renúncia fiscal. Desta vez, o prazo é fatal: pela lei eleitoral, o pacote tem de ser anunciado até o dia 7 de julho, sábado.

Se passar desse prazo, o Rota 2030 pode não ser lançado, porque na semana que vem o governo fica sob a restrição que impede anúncios que poderiam ser considerados propaganda eleitoral.

Até o início da noite de ontem, a Casa Civil aguardava o parecer final da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) entrar no sistema para preparar o documento que Temer pretende assinar.

O presidente da Anfavea, Antônio Carlos Megale, com uma comitiva de empresários do setor, estão em Brasília desde ontem aguardando o anúncio oficial. Se o presidente Michel Temer não puder fazer uma solenidade ainda hoje, assinará o documento de seu gabinete na sexta-feira, sem os desejados holofotes, porque o jogo da seleção brasileira contra a Bélgica na Copa transformará a tarde de sexta em um quase feriado.

A "novela" em torno do Rota 2030 é longa e marcada por embates entre o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) e Fazenda. O pacote estava pronto para ser lançado no início de junho, mas acabou sendo postergado após a retomada de debates técnicos sobre o texto.

O programa está sendo discutido desde o fim do ano passado. A Fazenda e o Mdic têm negociado entre si um formato de consenso, mas as discussões entre as pastas se prolongaram por causa de divergências, o que levou o país a acumular seis meses sem ter um pacote de benefícios à produção nacional. O Inovar-Auto, programa anterior que aplicava taxas adicionais a veículos importados, foi encerrado em dezembro de 2017.

O pano de fundo das discussões é o conflito entre a tendência mais liberal da equipe da Fazenda e o caráter mais desenvolvimentista dos membros do Mdic. Em meio às discordâncias, executivos do setor automotivo chegaram a duvidar que o programa realmente sairia do papel. Em março, no entanto, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou ao Valor que o programa realmente sairia neste ano por decisão do presidente Temer, assim que as divergências entre as duas pastas fossem resolvidas.

Enquanto modelava o Rota 2030, o governo manteve o contato com representantes do setor. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, recebeu terça-feira executivos da FCA Fiat Chrysler - entre eles Antonio Filosa, presidente da empresa para a América Latina. O presidente da Toyota, Rafael Chang, disse em maio, após audiência com Temer, que o Rota 2030 estava sendo finalizado e traria segurança jurídica.

Apesar dos embates entre Fazenda e Mdic, houve entendimento para se permitir o abatimento dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de até R\$ 1,5 bilhão em tributações sobre o lucro das empresas - IRPJ e CSLL. Isso começaria somente a partir do ano que vem, dado que não há previsão orçamentária para este ano e o governo não quer propor ao Congresso uma previsão adicional de gasto tributário para 2018, o que só se reforçou com o elevado custo imposto pela crise dos caminhoneiros.

Conforme já informou o Valor em maio, houve acerto naquela época para prever uma transição de três anos para o Rota entrar em pleno funcionamento. O nível de exigência de investimentos em P&D iria crescer progressivamente até chegar ao 1,2% da receita operacional das empresas, que será usado para abater os impostos sobre a renda das empresas.

A Fazenda tinha vencido a disputa sobre o uso do crédito tributário com qualquer tributo, como queria o Mdic, mas os movimentos mais recentes, retomando questões técnicas, apontam que a pasta ainda queria mais garantias para limitar os impactos fiscais do programa.

As ações do governo voltadas ao setor automotivo devem incluir medidas voltadas a carros de luxo e a carros elétricos neste caso, uma minuta do texto chegou a ser produzida e reduziria de 25% para 7% o IPI aplicado sobre esses veículos.

Piora na confiança deve atrapalhar retomada do setor **Valor Econômico - 05/07/2018**

O resultado da produção industrial de maio mostrou uma queda superior a dois dígitos em relação a abril, de 10,9%, feito o ajuste sazonal, com tombos enormes em todas as categorias econômicas, refletindo o impacto da greve dos caminhoneiros. O maior recuo foi do segmento de bens duráveis, que encolheu 27,4%, puxado especialmente pela retração de quase 30% do setor de veículos automotores, reboques e carrocerias.

Ainda há muitas dúvidas sobre como foi a reação da indústria em junho. Como a paralisação dos caminhoneiros começou em 21 de maio, arrastando-se por dez dias, a normalização do abastecimento de insumos e suprimentos não foi obviamente imediata. Além disso, os jogos do Brasil na Copa da Rússia afetaram a produção em alguns dias de junho. E, para completar, outro efeito negativo da greve foi atingir duramente a confiança dos empresários industriais, como apontado pelas sondagens de junho da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Fundação Getulio Vargas (FGV).

O resultado da indústria em maio foi muito ruim, levando o nível de produção próximo ao registrado em dezembro de 2003. Outra comparação desanimadora é que o volume produzido pela indústria está 23,8% abaixo do recorde atingindo em maio de 2011.

Além do setor de veículos, outro segmento que teve grande contribuição para a queda da produção industrial em maio foi o de produtos alimentícios, com recuo de 17,1% em relação a abril. Dos 26 ramos industriais, 24 fecharam em baixa. As exceções foram os segmentos de coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis, com alta de 6,3%, e o de indústrias extrativas, com aumento de 2,3%. São segmentos menos dependentes de insumos.

A categoria de bens de capital sofreu um baque forte, com a produção em queda de 18,3% na comparação com abril, feito o ajuste sazonal, a segunda mais forte depois da ocorrida na indústria de bens duráveis. A produção de bens intermediários (insumos e matérias-primas para a indústria) teve a baixa menos intensa, de 5,2%.

A divulgação dos números da Anfavea de junho hoje dará uma ideia mais precisa de como a indústria automobilística reagiu ao fim da greve. Será uma indicação importante para medir a temperatura da produção num ramo extremamente relevante da categoria de bens duráveis.

Dados da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve) de junho apontaram ontem um resultado ruim para o comércio do setor. No mês passado, os emplacamentos de veículos, excluindo máquinas agrícolas e implementos rodoviários, tiveram queda de 1,5% em relação a maio, segundo o ajuste sazonal feito pelo Bradesco com base nos números da Fenabreve. O recuo se seguiu a uma baixa de 7,4% no mês anterior.

Depois de dissipado o efeito direto da greve dos caminhoneiros sobre a economia, com a normalização do abastecimento, a principal dúvida é saber como a queda da confiança dos empresários vai afetar a produção da indústria no resto do ano. Isso deve abalar as decisões de investimento, que já não tinham um cenário promissor em 2018, especialmente devido à incerteza causada pelas eleições. Nesse quadro, o panorama para a indústria nos próximos meses não parece dos mais promissores.

Discurso do BC favorece queda nos juros

Valor Econômico - 05/07/2018

A confiança dos investidores no discurso do Banco Central (BC) foi restabelecida, o que contribuiu para que o mercado de juros futuros registre um alívio gradual, dia após dia. A leitura dos últimos documentos do BC - comunicado e ata do Copom e Relatório de Inflação - reduziram a insegurança sobre a condução da política monetária e, assim, parte da alta exacerbada vista desde a reunião de maio do colegiado foi revertida.

A reviravolta do cenário internacional e seu efeito nas moedas globais foram os principais fatores que explicaram o estresse que o mercado enfrentou. Mas fatores locais potencializaram esse movimento. E, sem dúvida, um ruído na comunicação do BC fez parte desse conjunto de fatores negativos. Agora, a postura cautelosa da autoridade monetária ajuda a diminuir um pouco o prêmio da curva de juros, na opinião de Luciano Rostagno, estrategista-chefe do Banco Mizuho do Brasil.

"Houve ruído quando o BC sinalizou corte da taxa de juros em um primeiro momento e depois não conseguiu entregar. Mais recentemente, vimos o BC cauteloso na comunicação, deixando em aberto os próximos passos, à medida que o cenário externo se tornou mais desafiador com as tensões comerciais entre Estados Unidos e China e o processo de normalização da política monetária nos países desenvolvidos", afirma.

A fase de forte instabilidade dos juros futuros foi deflagrada em 16 de maio, quando foi mantida a taxa básica, em vez de ser reduzida, como esperava o mercado. Essa surpresa deixou o mercado em uma condição técnica desfavorável - os agentes tiveram que reverter rapidamente posições vendidas, o que pressionou as taxas -, além de gerar muitas especulações a respeito do que poderiam ser os próximos passos da autoridade monetária.

Para se ter ideia da reação negativa, o contrato DI com vencimento em janeiro de 2021 saiu de 8,48% no dia 16 para 8,64% no dia seguinte e para 8,93% no dia 18, com uma alta de quase meio ponto percentual em dois dias. Ontem, esse contrato terminou a sessão com taxa de 9,34%. Foi o maior solavanco desde o estouro da crise política iniciada com as delações dos executivos da JBS, que ameaçaram a continuidade do governo de Michel Temer, em 2017.

"Na hora em que o BC optou por manter a taxa em vez de cortar, quebrou a credibilidade do 'forward guidance' [diretriz para política monetária]. Isso, na minha opinião, foi mais prejudicial na condução da política monetária do que o próprio corte", afirma Marcos de Callis, estrategista-chefe da Votorantim Asset. "Cortar o juro básico em 0,25 ponto percentual não iria mudar em nada o comportamento do câmbio. Mas manter a taxa prejudicou a visão do mercado de qual era a função do BC. A correlação entre câmbio e juros aumentou violentamente."

A decisão do BC de contrariar a expectativa de um novo corte de juros fomentou a especulação de que a alta do dólar seria foco de preocupação e, por isso, poderia passar a ser alvo da atuação do BC. O mercado chegou a especular que, para tentar aliviar a disparada da moeda americana, a Selic teria que subir já na reunião de junho. Rumor que precisou ser negado seguidas vezes pela diretoria do BC, que afirmou não haver "relação mecânica" com o cenário externo. No meio do estresse, o mercado perdeu as suas referências de preço e foi preciso que BC e Tesouro Nacional iniciassem as intervenções, com o programa de venda líquida de swap cambial, que atingiu US\$ 43,6 bilhões desde meados de maio, e a recompra de títulos públicos como LTN, NTN-F e NTN-B.

Entre as intervenções, foi importante também a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) de reduzir gradualmente o prazo médio mínimo das carteiras ("duration") dos fundos de previdência complementar até zero, o que possibilitou a saída desses investidores dos papéis prefixados, notadamente as NTN-Fs e os contratos de juros. A decisão estava no radar, com previsão de sair em cerca de dois anos, mas foi acelerada em meio ao momento de estresse.

Essa estratégia do Tesouro foi fundamental para retomar a normalidade do mercado de juros. Para o sócio e gestor da Modal Asset, Luiz Eduardo Portella, essa atuação foi determinante para a melhora das condições do mercado. "O BC vendeu cerca de US\$ 40 bilhões em um mês por meio de swap cambial. Além disso, o mercado só começou a acalmar quando o Tesouro fez leilões de NTN-B", afirma.

Mas a maior parte dos analistas vê na comunicação mais clara do BC uma razão importante para o alívio dos juros. Isso fica claro quando se observa o comportamento das taxas desde a última reunião do Copom. O DI de janeiro de 2021 recuou mais de 30 pontos base, saindo de 9,66% no dia 20, data da reunião, para 9,29% ontem na B3. O alívio pode ser verificado também nas apostas do mercado para a trajetória da Selic. No dia seguinte à última decisão, o mercado ainda se dividia entre altas de 0,25 ponto e 0,50 ponto percentual na reunião de agosto. Agora, os contratos futuros projetam um aumento residual, de 0,15 ponto.

"O que mais chamou atenção no RTI foi a mudança do cenário de crescimento do PIB de 2,6% para 1,6%, sinalizando que existe muito espaço para acomodar a desvalorização cambial antes de mexer nos juros", diz Callis, da Votorantim. "O BC comprou alguns meses para observar o choque [do câmbio] passando para os preços antes de subir a taxa."

Conforme o Bradesco explica em relatório, a curva de juros, a inclinação entre seus vértices e a taxa de curto prazo são bastante dependentes das expectativas dos agentes, não somente em relação à evolução do cenário futuro, doméstico e externo, mas principalmente do que se espera que seja a reação da política monetária a esse mesmo cenário. "A Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) é influenciada de forma direta pela comunicação dos

BCs, além de prêmios que capturam prazos, riscos e condições específicas de oferta e demanda associados a cada vértice da curva."

Lucro do BC viabiliza cumprimento da norma em 2018

Valor Econômico - 05/07/2018

O Banco Central informou ontem que o seu resultado positivo no primeiro semestre deste ano, a ser transferido ao Tesouro Nacional, atingiu R\$ 165,857 bilhões. Do total, R\$ 19,655 bilhões se referem ao resultado apurado em suas demonstrações financeiras e R\$ 146,2 bilhões correspondem ao resultado de suas operações cambiais, que envolvem as reservas internacionais e os swaps.

O resultado positivo do Banco Central no semestre é transferido ao Tesouro, em dinheiro, dez dias úteis depois da aprovação das demonstrações financeiras da instituição pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o que deverá ocorrer em setembro.

Os recursos ajudarão o governo a cumprir, neste ano, a chamada "regra de ouro". Em seu relatório sobre as contas de maio, o Tesouro Nacional informou que ainda existia uma necessidade de R\$ 102,9 bilhões para fechar a "regra de ouro" deste ano. O "buraco" será coberto agora, integralmente, pelo resultado do BC.

A Constituição determina que as operações de crédito da União não podem superar o montante das despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida). Esse princípio foi chamado de "regra de ouro" das finanças públicas.

Para fechar o "buraco" de R\$ 102,9 bilhões, o Tesouro informou, em seu relatório, que usaria R\$ 70 bilhões que o BNDES pagaria antecipadamente pelos empréstimos que recebeu, R\$ 20 bilhões viriam do cancelamento de restos a pagar de despesas orçamentárias e R\$ 12,9 bilhões de outras fontes.

O lucro do BC, a ser transferido ao Tesouro em setembro, cobrirá o "buraco" da "regra de ouro" e ainda sobrarão R\$ 63 bilhões. Somados aos R\$ 70 bilhões que serão recebidos antecipadamente do BNDES e aos R\$ 42,7 bilhões que serão obtidos com o cancelamento de restos a pagar até o fim de dezembro de 2019 (leia matéria acima), o Tesouro já terá disponível R\$ 175,7 bilhões para cumprir a "regra de ouro" no próximo ano. Os recursos não utilizados neste ano podem ser usados em 2019, pois ficarão depositados na conta única do Tesouro no Banco Central.

Em seu relatório de maio, o Tesouro estimou em R\$ 260,2 bilhões o "buraco" para cumprir a "regra de ouro" no próximo ano. Como ele já terá disponível cerca de R\$ 175 bilhões em seu caixa, o Tesouro precisará de algo em torno de R\$ 90 bilhões para fechar a conta.

Alguns especialistas acreditam que os leilões do petróleo excedente dos campos do pré-sal cedidos de forma onerosa para a Petrobras poderá render cerca de R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. Já é praticamente certo que os leilões serão realizados no próximo ano. Com os recursos, o governo fecharia o "buraco" da "regra de ouro" de 2019.

O governo prefere, no entanto, adotar uma posição mais cautelosa. Por isso, propôs incluir um artigo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019 permitindo que ele inclua, na proposta orçamentária que encaminhará em agosto ao Congresso, um montante de despesas cuja execução estará condicionada à emissão de títulos públicos no mercado, cuja autorização somente será solicitada pelo próximo governo e depois de aprovado o Orçamento.

Essa fórmula, que as consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara consideraram inconstitucional, foi acolhida pelo relator da LDO, senador Dalirio Beber (PSDB-SC).

Fazenda poderá transferir servidor para cobrir 'buraco' **Valor Econômico - 05/07/2018**

O Ministério do Planejamento publicou ontem a Portaria 193, que define que a pasta poderá, quando julgar necessário, movimentar quadro de servidores considerando as necessidades dos órgãos da administração independentemente da concordância do ministério de origem do servidor.

A medida pode gerar muitos embates internos no governo, mas busca resolver um problema de má alocação do quadro de pessoal do setor público federal. A ideia é transferir servidores de órgãos que hoje têm uma força de trabalho subutilizada e sem um papel definido para atender outros setores.

Um exemplo lembrado é o da Infraero, que, com as privatizações no setor aéreo, ficou com excesso de pessoal e pode ter remanejamento para ministérios ou outras estatais dependentes.

As primeiras movimentações, segundo o Planejamento, deverão ocorrer nas áreas meio dos órgãos, como gestão de pessoas, gestão orçamentária e tecnologia da informação (TI), funções que existem em praticamente todos os órgãos.

A pasta responsável pela gestão de pessoal do governo aponta que a medida ajudará também a reduzir a necessidade de novos concursos e direcionar melhor funcionários para atividades-fim.

Os órgãos de origem poderão até resistir à saída do servidor, mas terão que convencer o Planejamento sobre a necessidade de mantê-lo. Caso não consiga, o remanejamento será executado. A palavra final será do ministério comandado por Esteves Colnago.

Na movimentação do servidor também será considerado o interesse, o perfil profissional e a capacidade de execução das atividades.

Idosos sofrem mais com superendividamento

O Globo - 05/07/2018

Pessoas com mais de 55 anos — normalmente aposentadas — são as principais vítimas do superendividamento. É o que mostra pesquisa inédita da Defensoria Pública do Rio, a partir de consumidores que buscam a Comissão de Superendividados, do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria (Nudecon). Foram entrevistadas 95 pessoas que fizeram audiência de conciliação com os bancos, cujas dívidas, somadas, atingem R\$ 2,4 milhões. Desse grupo, 64% têm mais de 55 anos. O Nudecon aponta ainda que três de cada dez pessoas que recorrem à comissão têm mais de 70 anos (com 90% da renda comprometida). Esse quadro é, principalmente, resultado da ampla oferta de crédito consignado que mira esse segmento.

— Para esse público, a oferta de consignado é ainda mais agressiva do que para trabalhadores em geral. O crédito consignado, aliás, é a operação mais frequente, com 41,8%. Trata-se de pessoas que não têm condições de pagar suas dívidas atuais e futuras, e não têm o mínimo de recurso disponível para a sua subsistência — explica Patrícia Cardoso, coordenadora do Nudecon.

Dívida para pagar dívida

Ela ressalta que o montante total do endividamento pode ser ainda maior, já que muitas pessoas chegam à comissão sem saber sua dívida total. Patrícia também chama atenção para o fato de 50% do total de entrevistados serem servidores públicos ativos ou aposentados.

A pensionista carioca Ana Rita Baylon, de 66 anos, é uma típica superendividada:

— Comecei a me endividar ao pegar empréstimos para pagar dívidas de consumo com juros altos. Fui contratando mais crédito para quitar outros, e, no fim, virou uma bola de neve. Hoje, mais de 70% da minha renda mensal estão comprometidos com o pagamento de dívidas.

Das 453 pessoas atendidas pela comissão em 2017, o estudo selecionou os 95 que tiveram audiência de conciliação com os bancos — 61% chegaram a acordo, um terço com redução média de 57,82% da dívida. No entanto, entre as propostas rejeitadas, algumas ofereciam abatimento de 76%. Foram consideradas dívidas de empréstimos consignados, cartões de créditos e empréstimo pessoal.

— São os casos mais críticos. Não adianta dar crédito a quem não pode pagar e depois oferecer uma proposta com um desconto enorme. Nesse meio tempo, a pessoa já se endividou e não tem condições de quitar, nem com a redução — diz Patrícia.

Flávia Freitas, subcoordenadora do Nudecon, ressalta que o superendividado não quer ficar inadimplente, por isso faz renegociação em cima de renegociação. Ela explica que a comissão busca inverter o cenário em que “o protagonista da vida financeira do consumidor é o banco”.

— Comecei a me endividar quando minha mulher ficou doente. Fiz empréstimos para pagar o tratamento e nunca mais consegui me organizar. Hoje, 90% da minha aposentadoria vão para o pagamento de consignados e outros empréstimos — conta um carioca, servidor público aposentado de 79 anos, morador do Engenho de Dentro.

Suas dívidas passam de R\$ 45 mil. Ele conta que, do salário bruto de R\$ 9 mil, sobram R\$ 5 mil depois do débito dos consignados. Ele ainda tem de usar R\$ 4 mil para pagar outras dívidas.

‘Do Olimpo ao precipício’

O economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, pondera que, no Brasil, a questão não é tanto o percentual de endividamento, mas os juros altos.

— E, quanto mais a situação se agrava, maiores os juros ofertado a ele. A dívida traz benefício, mas os juros só oneram.

Na avaliação de Neri, o quadro dos superendividados do Rio reflete a situação do estado:

— Mais do que uma megarrecessão, tivemos no Rio uma parada súbita. Crescemos com o boom do petróleo, as Olimpíadas, e depois caímos do Olimpo no precipício. Como o governo do estado, os cidadãos, apostando na continuidade, se endividaram e agora também não conseguem se equilibrar.

Indústria tem pior queda em dez anos

O Globo - 05/07/2018

A greve dos caminhoneiros deixou uma ferida aberta na indústria. Em maio, a produção despencou 10,9%, em relação a abril, na maior queda desde dezembro de 2008 e que dificilmente será recuperada integralmente. O resultado, divulgado ontem pelo IBGE, atingiu praticamente todos os segmentos, o que abalou a confiança do empresariado e colocou em risco decisões de produção, investimentos e contratação de pessoal. Para muitas indústrias, os efeitos da paralisação ainda não terminaram. Os economistas já fazem projeções mais enxutas para a expansão do setor em 2018 — se antes da greve ficavam em torno dos 5%, agora não passam de 4%. O desempenho reforça o viés de baixa para as estimativas do PIB deste ano.

— A indústria parecia retomar velocidade com um mês de abril positivo, depois do resultado frustrante do primeiro trimestre. Mas a greve colocou água no chope do setor. Esperamos uma recuperação parcial desse resultado em

junho, porém a greve terá um efeito líquido negativo no ano — explicou Rodolfo Margato, economista do Santander, banco que reduziu a expectativa para o resultado fechado de 2018 da indústria de 5% para 3,5%.

Na Massas Nápoles, empresa familiar de 65 anos com sede no bairro de São Cristóvão, Zona Norte do Rio, a greve reduziu o faturamento do mês de maio em um quarto (22%), conta Thiago Trica, diretor executivo da companhia. Devido à falta de plástico, farinha e combustível, teve de paralisar as atividades da fábrica por três dias durante a greve. Mas, mesmo depois de encerrada a paralisação, suspendeu a produção em quatro dias de junho porque as entregas de insumos demoraram a ser regularizadas. Faltou farinha novamente e papelão para embalagens. A greve acabou dia 31 de maio, mas a produção e as entregas da empresa só normalizaram 14 dias depois.

— A indústria alimentícia trabalha com entregas diárias. Devido às barreiras aos caminhoneiros, só consegui entregar dentro do Grande Rio, onde era possível circular. Isso reduziu nosso escoamento entre 30% e 50% por dia — lamenta o empresário, que leva seus produtos a todos os estados e conseguiu compensar parte das perdas abrindo um turno adicional de trabalho.

MP do frete avança no Congresso

A falta de insumos também afetou a produção da SilkSul tintas, fábrica de pequeno porte localizada em Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná. No ápice da greve, ficou dez dias esperando chegar de São Paulo uma carga de resina, matéria-prima para a produção de tintas.

— Tivemos que adiar a produção em uma semana — conta a dona da fábrica, Irene Jacometti, que estima em 30% a queda tanto na fabricação, quanto nas vendas no mês de maio. — O que senti, mesmo após o fim da greve, é que os fretes ficaram mais caros. Estamos pagando mais.

Ontem, a comissão especial criada para analisar o tabelamento do frete aprovou o relatório do deputado Osmar Terra (MDB-RS), favorável à medida provisória (MP) 832, que fixou uma política de preços mínimos para o transporte rodoviário de cargas. Terra sugeriu uma tabela flexível, que vai ser ajustada sempre que o diesel variar mais que 10%.

Lucas Silva, economista da Tendências Consultoria Integrada, acredita que os impactos vão se estender a 2019. Ao reduzir a projeção deste ano para 4%, a de 2019 caiu 0,5 ponto percentual, para 4,5%.

— Essas reduções também consideram o cenário externo mais turbulento e as incertezas causadas pelo período eleitoral. A greve potencializou esses riscos — explicou Silva.

O economista Jonathas Goulart, coordenador de Estudos Econômicos da Firjan, acredita que a greve vai estimular revisões da perspectiva de

crescimento da economia e criticou a postura do governo na condução das negociações com os caminhoneiros:

— Agravou a desconfiança do empresário, uma vez que gerou a percepção de que houve mudança no direcionamento da política econômica. Para compensar a queda na arrecadação decorrente da desoneração do diesel, foram adotadas medidas que aumentaram os custos do setor produtivo.

Carros e alimentos são metade da queda no mês

Para Marcelo Azevedo, economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a retenção dos estoques estendeu os efeitos da greve:

— O impacto não é pontual. Indústrias voltaram a ficar com estoques maiores e levarão um tempo para escoá-los. Além disso, ainda não há uma solução definitiva para demanda dos caminhoneiros. Isso traz incertezas.

As indústrias automobilística e alimentícia foram as mais afetadas. Nas contas do economista da Tendências, as duas atividades responderam por metade do recuo de 10,9% em maio. Os automóveis tiveram queda de 29,8% em relação a abril e de 12,8% em relação a igual mês do ano passado. Já a produção de alimentos caiu 17,1% e 14,3% nas mesmas bases de comparação.

Em relação a maio de 2017, o tombo geral da indústria foi de 6,6%. Com o resultado, a expansão no acumulado do ano caiu de 4,5%, em abril, para 2% em maio, e o nível de produção recuou ao patamar de dezembro de 2003.

— A greve trouxe quedas em magnitudes mais elevadas porque fez com que as plantas industriais ficassem desabastecidas de produtos básicos para produção e dificultou a logística de entregas e o deslocamento dos funcionários — explica André Macedo, gerente de Indústria do IBGE.

Dos produtos pesquisados, 70% tiveram recuo na produção. A Anfavea, associação das montadoras, avalia que entre 70 mil e 80 mil carros deixaram de ser produzidos no período. Dentro da indústria alimentícia, esse percentual chegou a 91%. Só dois setores não foram afetados e apresentaram crescimento: as indústrias extrativa e de derivados de petróleo, por serem menos dependentes do setor de transporte rodoviário, explicou Margato.

O impacto da greve dos caminhoneiros já foi verificado em outros indicadores. A prévia da inflação de junho apontou alta de 1,1%. Com a pressão nos preços, o Banco Central já não vislumbra uma inflação muito abaixo da meta de 4,5% este ano.

País recebeu US\$ 22,5 bi no 1º semestre

O Globo - 05/07/2018

Apesar da forte turbulência no mercado financeiro, o Brasil registrou forte entrada de dólares em junho. O Banco Central (BC) informou ontem que o país recebeu US\$ 3,7 bilhões, já descontado todo o dinheiro que saiu no mês passado. Foi o melhor resultado do chamado fluxo cambial para junho desde 2007. O país recebeu um total de US\$ 22,5 bilhões no primeiro semestre, a maior entrada líquida de dólares dos últimos seis anos.

As exportações, que ficam mais fortes quando o real se desvaloriza em relação ao dólar, ajudaram a garantir esse bom desempenho. Além disso, de acordo com o BC, o saldo das aplicações no mercado financeiro ficou positivo em US\$ 890 milhões no mês passado. Em maio, os investidores haviam retirado mais do que aplicado, deixando o fluxo negativo em US\$ 5,1 bilhões.

Além do fluxo financeiro, os exportadores garantiram um saldo positivo de US\$ 2,8 bilhões em junho. O resultado já desconta tudo o que as empresas mandaram para fora do país para pagar a importação de produtos.

Nos seis primeiros meses do ano, a entrada de dólares superou todos os resultados observados desde 2012, quando o fluxo total ficou em US\$ 22,9 bilhões. No primeiro semestre do ano passado, por exemplo, o resultado foi positivo, mas muito menor: US\$ 7,4 bilhões. Isso representa um aumento de 201% de um ano para outro.

Bolsa avança 1,46%, e dólar sobe 0,43%

Ontem, apesar de os mercados americanos não terem funcionado, devido ao feriado do Dia da Independência nos Estados Unidos, o Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, fechou em alta pelo quinto pregão consecutivo. O índice avançou 1,46%, aos 74.744 pontos, puxado pelas ações da Eletrobras e Petrobras. Já o dólar comercial subiu 0,43%, a R\$ 3,914. Segundo analistas, pesaram as tensões comerciais entre Pequim e Washington: amanhã, dia 6, entram em vigor as tarifas americanas sobre as importações chinesas.

— Foi um dia de pouca oscilação, sem atuação do Banco Central — disse o gerente de câmbio da Treviso Corretora, Reginaldo Galhardo.

As ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Eletrobras saltaram 17,98%, a R\$ 15,81, enquanto as preferenciais (PNB, sem voto) avançaram 16,61%, a R\$ 17,90. Isso foi reflexo da decisão da Câmara que aprovou urgência o para projeto que viabiliza a venda de distribuidoras da estatal.

Já os papéis da Petrobras encerraram com valorização de 4,86% (ON, a R\$ 20,76) e 5,42% (PN, a R\$18,49), depois de o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reforçar a intenção de votar o projeto de lei que trata da cessão onerosa.

As ações da Embraer, por sua vez, subiram 3,73%, devido ao avanço nas negociações com a americana Boeing. E a BRF, ainda como reflexo do seu plano de reestruturação, anunciado na semana passada, avançaram 1,37%.

LDO restringe reajustes

Correio Braziliense - 05/07/2018

O Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2019, em tramitação no Congresso, proíbe novos concursos e reajustes salariais de servidores no próximo ano, com exceção dos que estavam previamente programados em lei. A proposta determina, ainda, a redução em 50% do valor de incentivos fiscais, meta a ser alcançada em 10 anos.

“Nossa proposta é que todos os reajustes salariais concedidos por lei, de forma escalonada, sejam cumpridos”, disse ontem o senador Dalírio Beber (PSDB-SC), relator do projeto. Com isso, serão preservados os aumentos já negociados com as carreiras típicas de estado, cuja última parcela deve ser paga no ano que vem. O senador ressaltou contudo, que reajustes ainda não aprovados, como o reivindicado por servidores do Judiciário não estão contemplados.

A votação do PLDO está prevista para a próxima quarta-feira, na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Se aprovado, o texto poderá ser encaminhado no mesmo dia para apreciação do plenário do Congresso.

Dalírio Beber afirmou que as despesas com pessoal e Previdência são as que mais pesam no Orçamento da União, somando R\$ 900 bilhões por ano e, por isso, precisam ser contidas. Somente os gastos com pessoal, que devem somar R\$ 302 bilhões neste ano, vem crescendo, em média, R\$ 20 bilhões por ano desde 2014.

Além de proibir novos reajustes de servidores, o PLDO restringe a realização de concursos públicos e novas contratações, exceto nas áreas de educação, saúde, segurança pública, defesa e assistência social. “Quase 100% do que arrecadamos está comprometido com o custeio da máquina pública”, frisou o senador. “Percebemos claramente que o Tesouro não tem como bancar novos benefícios a servidores e empregados, ou mesmo, reajustar os que já existem”, reforçou.

No relatório, Beber manteve a meta fiscal de 2019, que é de déficit de R\$ 139 bilhões nas contas da União, e propôs corte de 10% nas despesas administrativas de custeio. Ele disse que a redução dos incentivos fiscais foi sugerida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para que o país reduza essa despesa hoje, em torno de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), para 2% do PIB em 10 anos, patamar semelhante ao que existe no resto do mundo para esse tipo de incentivo. De acordo com o texto, o próximo presidente deverá apresentar, até 31 de março de 2019, um plano para atingir a meta.

Casa de ferreiro...

O economista-chefe da Rio Bravo, Evandro Buccini, considerou positiva a proposta de conter gastos, mas lembrou que o Legislativo tem aprovado medidas que aumentam despesas, como a ampliação do Refis e do Funrural, e discute projetos que flexibilizam a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), retirando punições para estados e municípios que não cumprem o limite de gasto com pessoal. “Reduzir subsídios e congelar salários é importante porque o quadro fiscal é muito crítico, mas deixar a LRF mais branda é medida muito pior”, alertou.

Atividade recua e custos disparam em serviços

DCI - 05/07/2018

Ainda com reflexos da greve dos caminhoneiros, o setor de serviços no Brasil lida com a pressão da alta dos custos, menor ritmo de atividade e demissão da mão de obra. Como resultado, o setor teve a maior contração em 16 meses.

Os dados são do Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) e sinalizam que, em junho, o setor atingiu 47 pontos, abaixo dos 49,7 pontos observados em maio. “O já frágil setor privado do Brasil passou por um mês difícil em junho com as greves dos caminhoneiros afetando fortemente a economia. As interrupções forçaram a atividade do setor de serviços a uma contração adicional, enquanto que a sequência de quinze meses de crescimento do volume de produção do setor industrial chegou ao fim”, diz a economista da IHS Markit, Pollyanna De Lima.

De acordo com ela, como resultado, o setor enfrenta o quadragésimo declínio sucessivo no nível de empregos. “Em suas tentativas de compensar as despesas operacionais mais elevadas, as empresas aumentaram seus preços de venda e reduziram o número de funcionários”, ressalta.

Na análise da Markit, após oferecer descontos na metade do segundo trimestre, as empresas de serviços elevaram preços de venda em junho. “A taxa de inflação de preços cobrados foi modesta, mas a mais rápida desde fevereiro de 2016”, diz Pollyanna.

Por segmentos, o mais prejudicado em junho foi transportes e armazenagem. Na contrapartida, o único ramo que avançou foi o de finanças e seguros. “Embora o volume de novos negócios continuasse a crescer, a recuperação esfriou, atingindo o ponto mais baixo da atual sequência de seis meses de expansão”, diz ela, creditando esses fatores como responsáveis para que as empresas tentassem proteger as margens de lucro com aumento de preços e diminuição do quadro de funcionários.

Projeto permite a prefeito aumentar teto de despesas com servidores

DCI - 05/07/2018

Considerado uma brecha na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Projeto de Lei Complementar (PLP) 270/16, do Senado, teve aprovado requerimento de urgência na terça (3) e, ontem (4), entrou na pauta de votações da Câmara.

Segundo a LRF, os municípios só podem gastar 60% da receita corrente líquida com pessoal do Executivo (54%) e do Legislativo (6%). De acordo com a proposta, de autoria do senador Otto Alencar (PSD-BA), aprovada no Senado, o atual limite do teto de gastos será “flexibilizado”.

O projeto prevê que entre as sanções que não poderão mais ser aplicadas aos prefeitos estão a rejeição de contas, tornar o gestor inelegível, impedimento em contrair empréstimo. O texto veda a aplicação de sanções ao município que ultrapassar o limite para a despesa total com pessoal em dois casos.

A primeira situação é quando isso ocorrer por conta da diminuição do valor das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) decorrente de isenção tributária praticada pela União. O segundo caso é quando houver redução das receitas recebidas de royalties e participação especial.

Segundo a LRF, em relação à despesa com pessoal, algumas condutas dos agentes públicos podem resultar de multa a reclusão ou perda do mandato. Ao atingir o limite máximo (54%) com pessoal, a prefeitura terá os dois quadrimestres seguintes para eliminar o percentual de gasto excedente, devendo eliminar pelo menos um terço já no primeiro quadrimestre posterior.

Caso a prefeitura não realize a redução de gastos com pessoal no prazo de dois quadrimestres, não poderá receber transferências voluntárias, obter garantia, direta ou indireta, de outro ente e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

O placar da votação na Câmara, que aprovou a tramitação em regime de urgência por ampla maioria de votos - 288 a 22 -, indicou que o texto será aprovado com facilidade também. A urgência dispensa algumas formalidades regimentais para que uma proposição seja apreciada pela Câmara de forma mais rápida. Na avaliação do relator da matéria, deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), o projeto “atende municípios de todos os portes que tiveram queda de receita por conta de renúncias fiscais feitas pelo governo federal”, a exemplo do subsídio concedido pelo governo federal ao óleo diesel para acabar com a greve dos caminhoneiros, lembrou o relator.

Magalhães criticou a destinação legal de parte da arrecadação de impostos, como no caso do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), para estados e municípios. Ex-membro do Tribunal de Contas da Bahia, Alencar alegou que os

prefeitos acabam punidos por ações de desoneração do governo federal. “O projeto vai, de alguma forma, corrigir essas questões todas que levaram vários prefeitos a terem problemas sérios com a Justiça”, explicou Alencar.

Porta abertas

De acordo com o presidente da ONG Contas Abertas, Gil Castelo Branco, a flexibilização da LRF já era um erro, mesmo na ocasião sugerida pelo autor do projeto, em 2016, e os municípios devem se adequar ao contexto de crise do País para não agravar a própria situação.

“Não adianta, quando a pessoa está com febre, querer quebrar o termômetro. Ela tem que procurar curar a febre”, comparou Castelo Branco. “Projetos nesse sentido vão apenas agravar a situação fiscal dos municípios e do País, até porque a conta dessa liberação cai no colo dos brasileiros, que vão pagar a mais pelo excesso”, afirmou.

Além disso, segundo o especialista em contas públicas, autorizar os municípios a dobrar a Lei de Responsabilidade Fiscal é deixar uma porta aberta para que até as cidades que não se encontrem em um contexto econômico dificultado pela queda de repasse do FPM não cumpram a determinação.

“Vão gastar sem a preocupação de estar cumprindo a Lei. Isso é fato. A finalidade da LRF é evitar que os Estados e municípios quebrem, o que já aconteceu aqui, levando inclusive os bancos estaduais. E agora tentam, a todo custo, dobrar ou reformar essa regra”, completou Castelo Branco.

Todos os municípios

Caso seja aprovado, o projeto deverá beneficiar principalmente municípios de pequeno porte, aqueles com até 20 mil habitantes. De acordo com pesquisa da publicação MultiCidades, realizada pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), essas cidades estão com 51,9% de suas receitas comprometidas com gastos de pessoal.

O levantamento aponta ainda que as capitais e os municípios mais populosos em cada estado (106, no total] comprometem 47,1% de suas receitas com esse tipo de despesas. Em 2016, apenas duas capitais ultrapassaram o limite da LRF.

“O projeto vai beneficiar todos os municípios, inclusive as capitais porque as receitas caem mais rapidamente do que as despesas com pessoal por causa da estabilidade dos servidores, por exemplo”, afirmou ao DCI a diretora Tânia Villela, da Aequis Consultoria, empresa responsável pelo estudo apresentado pela FNP.

Agenda econômica de pré-candidatos à Presidência começa a se definir DCI - 05/07/2018

A três meses das eleições, começa a haver uma clareza maior na agenda econômica dos pré-candidatos à Presidência, focada em reformas estruturais, como a previdenciária e a tributária.

É o que demonstrou o debate promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ontem com os possíveis presidentes Alckmin (PSDB), Ciro Gomes (PDT), Marina Silva (Rede), o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles (MDB) e Jair Bolsonaro (PSL).

Na avaliação de especialistas, as propostas econômicas estão mais definidas, principalmente do Alckmin e Ciro Gomes, com exceção do pré-candidato do PSL.

“A única incógnita na política econômica é o Bolsonaro. Ele tem levado o seu discurso mais para as questões morais, de segurança pública, corrupção”, considera o professor de economia do Ibmec-SP, Walter Franco.

Essa postura, para ele, é muito ruim, pois os rumos da política econômica precisam estar bem definidos para gerar confiança. Do contrário, Franco prevê turbulências no período de três meses que separa o final das eleições e a posse do novo presidente.

No debate de ontem, Bolsonaro não deu detalhes sobre as suas propostas e, quando questionado sobre temas econômicos, afirmou que um presidente não precisa “saber tudo”. “Um presidente é como um técnico, ele não vai entrar em campo. Ele tem que ter o discernimento, força para buscar as soluções”, disse.

Já o professor de economia da Universidade de Brasília (UNB), José Luiz Oreiro, avalia que Bolsonaro é um estatista que tem tentado se passar por liberal, o que “que não convence”, dado o seu histórico de oposição às privatizações.

Para Oreiro, somente Alckmin e Ciro possuem uma agenda econômica mais definida. “O Ciro tem claramente um perfil de centro-esquerda, que alia o discurso de responsabilidade fiscal e o desenvolvimentismo”, ressalta.

Previdência

Durante o debate, Ciro defendeu uma reforma da Previdência Social onde haja consulta popular para alterar o regime. Ele propõe unificar o sistema de aposentaria do setor público e privado e criação de um modelo de capitalização.

O pré-candidato do PDT disse também que irá rediscutir a reforma trabalhista nos seis primeiros meses de mandato, com a participação das centrais sindicais.

Alckmin também afirmou que irá implementar reformas logo no primeiro semestre de 2019 e que seu foco será a unificação dos regimes privado e público. “Para o trabalhador da indústria, do comércio, a média de aposentadoria é R\$ 1.391. E ninguém passa de R\$ 5.000 reais. O setor público federal pode escolher, 8 (mil), 17 (mil) e 27 mil de reais de média”, comentou, no evento.

Para Franco, do Ibmec, as agendas de Alckmin e de Meirelles são bastante convergentes, preocupadas com a trajetória fiscal e focada em reformas estruturais que incluem, além da Previdência, mudanças tributárias.

Ontem, o ex-ministro da Fazenda destacou, inclusive, que a sua primeira medida será uma ampla reforma tributária que simplifique a cobrança de impostos e que adote o imposto de valor adicionado (IVA) . “Isso será a primeira reforma a ser feita no Congresso Nacional. Na minha equipe, já temos profissionais trabalhando no detalhamento dessa proposta”, ressaltou Meirelles.

Por serem agendas semelhantes (Alckmin e Meirelles), Oreiro tem dúvidas de como o ex-ministro irá se diferenciar de Alckmin. “As agendas mais definidas são do Ciro e do Alckmin. O restante ou é mais do mesmo, como o Meirelles, ou então é uma conversão não sincera a uma outra corrente, como é o Bolsonaro”, enfatiza.

Oreiro possui a mesma posição a respeito de Marina. Ele avalia que os economistas que coordenam a pré-candidatura da Rede têm pensamento próximos ao PSDB. Franco se posiciona de maneira um pouco distinta. O professor do Ibmec vê em Marina e, com mais ênfase em Ciro, uma mudança em relação à atual política econômica. Ele lembra que, ontem, Marina defendeu mudanças na lei trabalhista a respeito das mulheres grávidas trabalharem em locais insalubres e o período de descanso.

Conta de luz aumenta 15% em São Paulo

Ambiente Energia - 05/07/2018

As tarifas dos clientes da Eletropaulo terão reajuste médio de 15,84% a partir desta quarta-feira, 04.

Os clientes residenciais terão aumento de 15,08%, enquanto aqueles conectados à alta tensão, como indústrias, terão alta de 17,67%.

A Eletropaulo atende a 7,2 milhões de unidades consumidoras na região metropolitana de São Paulo. O aumento das tarifas é autorizado uma vez por ano e não está relacionado à venda do controle da empresa, que pertencia ao grupo norte-americano AES, para a italiana Enel.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, disse que o reajuste reflete o aumento dos custos com a compra de energia. “Não é um ponto fora da curva. Os reajustes têm se encaminhado mais ou menos nessa ordem de grandeza.”

O aumento autorizado, no entanto, surpreendeu analistas, que esperavam aumento de até 10%.

A elevação deve ter impacto entre 0,16 e 0,19 ponto porcentual no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano. Economistas do mercado financeiro estimam que a mediana do IPCA de 2018 fique em 4,03%, segundo o Relatório de Mercado Focus, divulgado pelo Banco Central na segunda-feira, 02.

Apesar do susto, os especialistas ainda aguardam o resultado do IPCA de junho, que será divulgado na sexta-feira (6/07), e terá forte pressão sobretudo nos preços de alimentos e de combustíveis, em decorrência dos efeitos da greve dos caminhoneiros, no fim de maio.

A expectativa é que esses impactos se dissipem e a inflação volte a apresentar comportamento menos desfavorável nos próximos meses.

O desempenho dos preços de energia, item que tem peso de quase 3,5% na inflação, deve continuar no centro das atenções, especialmente em razão das incertezas com relação ao período de seca. A Aneel manteve em julho a bandeira vermelha 2, que inclui a cobrança de R\$ 5,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Em maio, a bandeira era amarela, cuja taxa extra é de R\$ 1,00 a cada 100 kWh.

TRT de Minas Gerais aplica reforma e isenta empresa de custas processuais

Valor Econômico - 05/07/2018

Apesar de ter dificultado o acesso à justiça gratuita aos trabalhadores, a reforma da CLT (Lei nº 13.467), que está em vigor desde novembro, tornou o benefício possível para as empresas. E, valendo-se das novas regras, uma companhia condenada em primeira instância obteve não só esse direito como também permissão para apresentar recurso contra a decisão sem que fosse necessário efetuar o depósito recursal - que serve como garantia ao pagamento da dívida, uma das exigências para que o empregador possa levar o caso à segunda instância.

A decisão é do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Minas Gerais e beneficia a construtora Mendes Júnior, umas das investigadas na Operação Lava-Jato. Os desembargadores da 2ª Turma, que analisaram o caso, levaram

em conta, para conceder o benefício, o fato de a empresa estar em processo de recuperação judicial desde 2016, com uma dívida estimada em R\$ 360 milhões, condição que comprovaria a sua situação de insuficiência financeira.

Essa é uma das novidades da reforma trabalhista. O artigo 790, no parágrafo 4º, estabelece que o benefício da justiça gratuita será concedido à parte - seja trabalhador ou empregador - que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo. E o artigo 899, que dispõe sobre o depósito recursal especificamente, permite de forma expressa no parágrafo 10º a isenção para empresas que estejam em processo de recuperação judicial.

O parágrafo 9º, também incluído no artigo 899 da CLT pela reforma trabalhista, permite ainda que o depósito recursal seja reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

"Agora, então, está explícito. Uma empresa pode ter acesso à justiça gratuita. A norma, antes da reforma, não era específica ao trabalhador, mas havia uma forte resistência do Judiciário em aceitar que uma pessoa jurídica tivesse acesso ao benefício", diz o advogado Antonio Bratefixe, sócio do escritório Có Crivelli Advogados.

Já os trabalhadores, que antes da reforma conseguiam o benefício da justiça gratuita a partir de uma simples declaração, de próprio punho, de insuficiência financeira, agora têm de obedecer alguns requisitos. Um deles é receber salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios da Previdência Social - cerca de R\$ 2.200. Caso ganhe mais que essa quantia, ele terá que demonstrar, de forma objetiva, que não tem dinheiro para pagar as custas.

A ação julgada pelo TRT de Minas Gerais foi ajuizada por um ex-funcionário da empresa para cobrar, entre outras coisas, adicional de insalubridade, antes da vigência da nova legislação. Para os desembargadores, conta, no entanto, para fins de aplicação da lei, a data em que o recurso foi apresentado pela companhia - nesse caso, já no período em que estava valendo a reforma trabalhista.

As novas regras têm eficácia imediata, segundo afirmaram os magistrados da 2ª Turma na decisão, porque o tema trata "exclusivamente de direito processual" (processo nº 0010654-30.2017.5.03.0135).

"Ainda estamos em uma fase de discussão sobre a quais processos se aplicam as regras da reforma", pondera Carlos Eduardo Dantas Costa, sócio do Peixoto & Cury Advogados. "Mas tem que se levar em conta que as regras de processo devem ser aplicadas no momento do ato processual. Então, ainda que a ação tenha começado antes da reforma, se no momento de apresentação do recurso a nova lei já estiver em vigor, vale a nova lei."

O entendimento do TRT mineiro, nesse caso, estaria então em acordo com a Instrução Normativa nº 41, aprovada pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) no dia 21 de junho. A norma, que serve de orientação aos juízes do trabalho, estabelece que a maioria das novas regras processuais trabalhistas - entre elas a parte que trata sobre justiça gratuita - só deveria ser aplicada aos processos ajuizados a partir de 11 de novembro, a data em que entrou em vigor a reforma.

Para o advogado Denis Sarak, do Braga Nascimento e Zilio Advogados, no entanto, as empresas que não estão em processo de recuperação judicial - mesmo existindo previsão em lei - terão dificuldade em obter a justiça gratuita. "É mais difícil. Porque a recuperação pressupõe o estado de insuficiência financeira. E se a companhia não está em processo de recuperação a presunção é de que ela tenha um fluxo de caixa, que tenha saúde financeira", diz.

Uma empresa do setor automobilístico, por exemplo, tentou e não levou. A companhia argumentou, no TRT de Campinas (SP), que "não teria condições de arcar com as custas sem prejuízo de sua própria existência" e alegou que o artigo 5º da Constituição estabelece o amplo acesso à Justiça.

Ela tenta, nessa ação, anular a venda de um imóvel que foi feita por meio de leilão judicial. Anexou no processo, para comprovar o estado de insuficiência financeira, uma escritura que comprovaria não ter qualquer outro tipo de receita além da propriedade do bem que está em discussão.

Para os desembargadores da 10ª Câmara, no entanto, o demonstrativo não foi suficiente para comprovar a situação de precariedade (processo nº 0011834-42.2016.5.15.0116). As custas, segundo o advogado da empresa no caso, João Roberto Ferreira Franco, do escritório Lodovico Advogados, somam R\$ 130 mil.

Ele chama a atenção, por outro lado, que apesar de não obter o benefício, a empresa conseguiu prazo de cinco dias para pagar as custas. Isso foi possível, segundo o advogado, por uma norma do novo Código de Processo Civil, que se aplica de forma subsidiária à lei trabalhista, e permite que a análise do pedido de justiça gratuita seja feita antes de o recurso ser julgado pela turma.

"Antes [do artigo 98 do CPC], os desembargadores faziam tudo de uma só vez. Eles julgavam deserto o recurso, por causa do não recolhimento das custas, e no mérito negavam provimento", afirma.

Procurado pelo Valor, o representante da Mendes Júnior no caso não retornou até o fechamento da edição.

Ciro quer discutir com centrais alterações na CLT

DCI - 05/07/2018

O pré-candidato do PDT à Presidência, **Ciro Gomes**, afirmou nesta quarta-feira (4) que, se eleito, vai fazer uma rediscussão da reforma trabalhista aprovada pela gestão do presidente **Michel Temer**, a qual chamou de “selvageria”, nos seis primeiros meses de mandato, com a participação das centrais sindicais.

“Meu compromisso com as centrais sindicais é trazer essa bola de volta ao meio de campo”, disse **Ciro**. “Pois é, vai ser assim mesmo. Se quiserem presidente fraco escolham um desses que vem conversando fiado aqui com vocês”, completou ele após ser vaiado pela plateia, na sabatina promovida pela Confederação Nacional de Indústria (CNI) com os seis pré-candidatos.

Único vaiado no evento, **Ciro** disse posteriormente que aceitava as vaias, mas fez questão de dizer que cultiva a “autoridade dentro da democracia” e que confiança não é sinônimo de simpatia.

Ingovernável

Presente no evento da CNI, o pré-candidato do PSL, deputado **Jair Bolsonaro**, afirmou que com a atual composição do Supremo Tribunal Federal o País vai ficar “ingovernável” e argumentou que o sinal que se passa para a população é de não se respeitar as leis.

“Com esse Supremo vai ficar ingovernável o país também. O sinal que dá para a população é não respeite as leis”, disse **Bolsonaro**, em entrevista coletiva. Vale lembrar que na semana passada, o deputado afirmou que criaria mais dez cargos para o Supremo, que conta com 11 ministros e passaria a ter 21 juízes.

As críticas ocorreram após ele comentar a decisão de **Ricardo Lewandowski** de suspender processos de venda de ativos de empresas públicas com base na Lei de Estatais. Essa determinação de **Lewandowski** fez, por exemplo, a Petrobras suspender parte do seu programa de desinvestimento. Ele entendeu que esse tipo de processo de venda de ativos precisa passar pelo Supremo. Para **Bolsonaro**, essa decisão judicial foi “ideológica”.

Diagnósticos

Já o ex-governador de São Paulo **Geraldo Alckmin** (PSDB) afirmou que vai fazer uma reforma da Previdência logo “de cara”, e destacou que quem vencer a eleição tem de usar a legitimidade das urnas para avançar na agenda de reformas em seis meses de mandato.

Marina Silva, candidata da Rede, fez um duro diagnóstico em relação à situação do País. Ela avaliou que a Lava Jato mostrou a verdade e que não é possível governar com o presidencialismo de coalizão.

“Resolver o problema da grave crise política é um grande desafio e para isso é preciso que se crie uma nova governabilidade. O presidencialismo de coalizão não resolve os problemas de hoje”, disse. Para ela, é preciso a constituição de uma maioria no Congresso com base em um programa, nos moldes do que ocorreu na Itália e na Alemanha.

“Se ganhar, vou governar com os melhores. Não com os partidos. Os 200 milhões de brasileiros são maiores do que os 35 partidos”, disse. “Essa vai ser a nova base, o fim do toma lá da cá”, completou Marina.

Alternativas à bomba fiscal que pode explodir

O Estado de S. Paulo - 05/07/2018

Roberto Macedo

Por cortesia do economista Octávio de Barros, recebi o interessante artigo Reforma previdenciária em 2019 – Elementos para a tomada de decisão, dos economistas Fabio Giambiagi, Felipe Pinto e Leandro Rothmuller. No que toca às reformas, ele foca na previdência administrada pelo INSS sem se detalhar na dos servidores públicos federais. Tem 39 páginas, e segue-se um brevíssimo resumo. A versão completa será publicada na coleção Textos para Discussão, do BNDES.

A Emenda Constitucional n.º 95, de 15/12/2016, fixa teto para os gastos federais e diz que vigorará pelo menos até o décimo ano de sua vigência. Assim, o estudo alcança os gastos federais até 2026. O teto limita os de cada ano ao valor observado no exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

No seu início, o artigo aponta que no governo central o gasto primário, que exclui os juros da dívida pública, passou de 11,1% do produto interno bruto (PIB) em 1991 para 20% (!) do PIB em 2016. Ressalta ser essa “(...) a variável que, excetuados alguns detalhes menores, corresponde à dimensão do gasto público objeto do teto (...)”. E que em 2017, já sob a vigência dessa regra, houve uma pequena queda, para 19,5% do PIB. Ou seja, o teto está funcionando. Quanto aos benefícios do INSS, passaram de 2,5% do PIB para 8,5% (!) do PIB entre 1988 e 2017.

Em seguida, examina três propostas de reforma previdenciária: 1) a que governo federal enviou ao Congresso Nacional em dezembro de 2016, a seguir referida como proposta de 2016; 2) o substitutivo dessa proposta apresentado em 2017 pelo relator da comissão especial que trata do assunto no Congresso, referido como substitutivo de 2017; e 3) a formulada pelos três autores citados, referida como proposta para 2019.

Abordarei apenas os principais aspectos de suas regras de idade mínima para aposentadoria e para transição das regras atuais para as propostas. Não

tratarei de casos específicos, como o de professores. Também não foi possível estenderme num item que os autores chamam de “outras despesas”.

A proposta de 2016 propõe uma única idade mínima, de 65 anos, e uma transição de 15 a 20 anos, dependendo do caso. O substitutivo de 2017 fixa a idade mínima em 65 (homens) e 62 (mulheres) no setor urbano; no rural, 60 (homens) e 55 (mulheres), sendo que a transição seria perto de 20 anos no setor urbano, dependendo da data de aprovação, e em apenas perto de dois anos no setor rural; também prevê a idade mínima de 55 (homens) e 53 (mulheres) para quem se aposentar por tempo de contribuição em seguida à aprovação do texto. A proposta para 2019 adota regra semelhante, mas com idade mínima de 60 (homens) e 57 anos (mulheres), e fixa a transição em cerca de dez anos no setor urbano e a do rural em sete (homens) e 11 anos (mulheres), encurtando a transição da proposta de 2016. Além disso, propõe a indexação anual do salário mínimo ao INPC até 2031, sem ganhos reais.

Segundo o artigo, o principal problema da proposta de 2016 é que, “(...) embora diminua a despesa previdenciária no longo prazo em relação à que se verificaria sem reforma, ela continuaria crescendo a um ritmo que comprometeria a capacidade de oferta de serviços pelo governo, devido ao achatamento das demais despesas, à luz (...) do teto constitucional do gasto público aprovado em 2016 (...) a obediência ao teto ficaria ameaçada, com os riscos disso decorrentes para a preservação da estabilidade macroeconômica”.

E acrescenta: “O presente texto visa (...) explorar mecanismos para que, mediante a mitigação da trajetória futura do gasto do INSS, se evite uma redução extrema daquelas outras despesas, ao mesmo tempo em que, devido à obediência ao teto, se possibilite ao Governo ajustar as contas públicas e reduzir a relação dívida pública/PIB”.

Com outras premissas, o estudo simula quatro cenários para o crescimento do número de benefícios e dos gastos reais no período até 2026: o sem reforma e os resultantes da proposta de 2016, do substitutivo de 2017 e da proposta para 2019. Esta se revela a de maior impacto, reduzindo até mesmo o crescimento das aposentadorias por idade e diminuindo o número de aposentadorias por tempo de contribuição. Tem também maior impacto nos gastos do INSS, mas reduz a queda do item “outras despesas”, já referido acima. Quanto aos valores, o estudo conclui que o ganho no período 2020-2026 em relação à trajetória sem reformas seria de R\$ 338 bilhões na proposta de 2016, de R\$ 293 bilhões com o substitutivo de 2017 e de R\$ 426 bilhões com a proposta dos autores, que considero a melhor.

Para concluir, ressalto trecho em que é dito que no final de 2017 um “(...) conhecido deputado sintetizou o espírito com o qual essas questões controversas eram avaliadas pela maioria dos seus colegas, ao declarar que ‘o momento não é propício a encarar matéria ácida’. Foi justamente pelo receio a enfrentar ‘matéria ácida’ que, a preços de 2017 e usando o deflator do PIB, a despesa dos ministérios mais ligados às atividades de natureza social teve a seguinte trajetória entre os anos de 2014 e 2017: Ministério da Saúde: de R\$

102 bilhões para R\$ 97 bilhões; Ministério da Educação: de R\$ 44 bilhões para R\$ 33 bilhões; Ministério do Desenvolvimento Social: de R\$ 38 bilhões para R\$ 35 bilhões”.

Ou seja, omitindo-se quanto à reforma previdenciária, os congressistas jogaram ácido em despesas que não deveriam ser contidas no contexto de uma política social efetivamente avançada, e não comprometida com gastos que se revelam incompatíveis com a realidade demográfica e financeira do País. Além disso, a falta de solução desse problema se configura como uma bomba fiscal que perigosamente se aproxima do tempo em que está armada para explodir.

A Previdência segue reduzindo outros gastos e ampliando a dívida pública

Outra canetada de Lewandowski

O Estado de S. Paulo - 05/07/2018

Celso Ming

A Petrobrás anunciou terça-feira que suspendeu a venda de sua participação em refinarias e em outras subsidiárias, depois que, em decisão monocrática, o ministro do Supremo Ricardo Lewandowski entendeu que alienações de ativos controlados pelo Estado têm de contar com autorização prévia do Legislativo. Isso vale não apenas para bens da União, mas, também, de Estados e municípios.

Com isso, Lewandowski não só torpedeou o plano de desinvestimentos da Petrobrás com o qual ela pretendia reduzir seu alto endividamento, mas, também, torpedeou a pretendida restauração da concorrência no mercado de distribuição de combustíveis.

A fundamentação jurídica para sua decisão é precária. Além-se a dispositivo constitucional que exige autorização do Legislativo para a criação de empresas estatais. A partir daí ele conclui, sabe-se lá com que lógica, que a exigência também se aplica aos casos de vendas de ativos para os quais ficou exigida autorização prévia para sua criação.

Curiosamente, nem para criação de uma subsidiária de estatal nem para criação de uma refinaria privada é preciso autorização do Congresso. Mas para a privatização delas, Lewandowski acha que é preciso. Para justificar a pressa da sua sentença, Lewandowski alegou que pretende evitar “a vaga de desestatizações que vem tomando corpo em todos os níveis da Federação”.

Com essa decisão mais ideológica do que técnica, Lewandowski cria mais duas fontes de insegurança jurídica. A primeira é a que limita ainda mais prerrogativas do Executivo e as transfere para o Legislativo. A segunda é a que pode exigir a necessidade de aval do Legislativo à alienação de ativos de empresas estatais. Pode-se pendurar nessa decisão do ministro até mesmo a venda de participações da Petrobrás na exploração de áreas de petróleo.

Foi no governo PT que foi decidida parceria estrangeira com participação de 50% em uma das refinarias da Petrobrás, a Abreu e Lima. Ela só não foi adiante porque o governo bolivariano da Venezuela, presidido então por Hugo Chávez desistiu do investimento. À época, ninguém entendeu ser necessária autorização do Congresso para constituição dessa parceria. Ou seja, até mesmo o governo que combateu o que chamou de “privataria” aceitou a alienação a estrangeiros de 50% do controle da refinaria do Nordeste.

A decisão empresarial da Petrobrás é não mais se atirar a investimentos em refinarias porque seus recursos têm agora que destinar-se à prospecção e à produção de petróleo enquanto esse insumo ainda for relevante para a matriz energética mundial. Dentro de mais 30 ou 40 anos, o consumo de petróleo no mundo tenderá a se tornar apenas residual, porque terá sido substituído por fontes renováveis de energia. E é preciso ter em conta que, entre a descoberta de uma jazida e sua exploração, são necessários cerca de sete anos, tempo necessário para desenvolvimento dos poços e dos investimentos em infraestrutura.

Mas Lewandowski não leva nada disso em conta. Para algumas de suas decisões, como esta, aferra-se a convicções fósseis e será lembrado como aquele que pretendeu que enormes riquezas do Brasil permanecessem sepultadas para sempre, como aconteceu com o carvão mineral em tantos países europeus.

Incentivos fiscais, mais uma vez

O Estado de S. Paulo - 05/07/2018

Everardo Maciel

Se tributo constitui uma indispensável intervenção do Estado, que contrapõe o interesse público à liberdade individual, evitá-lo ou reduzi-lo pode ser um valioso instrumento à disposição dos entes tributantes (países, Estados e municípios) para fomentar o desenvolvimento.

É nessa perspectiva que devem ser entendidos incentivos fiscais motivados pelos interesses de um país, no contexto da competição internacional, ou pela pretensão, no âmbito de uma jurisdição nacional, de corrigir desigualdades regionais de renda.

A fixação de regras, por meio de tratados internacionais ou de legislações nacionais, delimita a possibilidade de utilização de tributos na atração de investimentos ou para evitar que se relocalizem. Configura-se, nessas circunstâncias, a competição fiscal lícita, que é tão antiga quanto a história dos impostos.

A prática da competição fiscal lícita pode, sem dúvida, não corresponder ao melhor padrão de eficiência econômica.

No caso dos incentivos fiscais regionais, o que prevalece, todavia, é a unidade nacional, cuja relevância é igual ou superior à da eficiência econômica.

No Brasil, a correção das abissais desigualdades regionais converteu-se, a propósito, em um dos objetivos fundamentais da República (artigo 3.º, III, da Constituição) e constitui critério, também constitucional, para a partilha de rendas e a alocação de recursos orçamentários.

Alguns dos que se opõem à concessão de incentivos fiscais, com aquela finalidade, alegam que seria preferível recorrer-se ao gasto público. É uma ideia generosa, porém ingênua.

As experiências de enfrentamento das desigualdades regionais, centradas apenas em gastos públicos diretos, se revelaram poucos eficazes, tanto no exterior (por exemplo, os programas da Tennessee Valley Authority, nos EUA, ou da Cassa per il Mezzogiorno, no sul da Itália) quanto no Brasil (Sudene, Sudam). No máximo, constituem ações suplementares. Infelizmente, inexiste, nas regiões mais desenvolvidas do País, um comprometimento real com a redução das disparidades regionais de renda, vista quase como um objetivo excêntrico.

É nesse contexto que prospera a resistência à concessão de incentivos fiscais do ICMS, em oposição ao que se encontra expressamente previsto no texto constitucional (artigo 155, parágrafo 2.º, XII, g).

A resistência também se revela mediante defesa de um vetusto e perigoso clichê: o princípio do destino, consistindo na opção pela alíquota zero nas operações interestaduais do ICMS.

É óbvio que, nessa hipótese, não existiriam incentivos, porque são fundados estritamente em reconhecimento, no destino, de créditos não integralmente recolhidos na origem, tal como ocorre em relação ao Imposto de Renda entre países (cláusula de tax sparing). Trata-se, tão somente, de uma forma dissimulada de se opor à concessão de incentivos do ICMS.

Se a competição fiscal lícita é inerente à história dos impostos, a ilícita (guerra fiscal) tem natureza francamente predatória.

A Lei Complementar n.º 160/2017, apesar de suas imperfeições, ofereceu um roteiro para resolução da guerra fiscal do ICMS. O processo tem se revelado lento, mas é consistente.

Malgrado o instrumento próprio ser a lei ordinária, aquela lei complementar acolheu normas de caráter interpretativo (artigos 9.º e 10.º), que proclamaram o óbvio: não há incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais do ICMS.

Se incidência houvesse, a União estaria se apropriando de renúncia fiscal dos Estados, o que corresponderia a uma abstrusa partilha de renda sem previsão constitucional.

É desarrazoado, por conseguinte, falar-se em renúncia fiscal da União, seja porque o conceito é inaplicável, pois se trata de mera interpretação legal, não havendo sequer incidência, seja porque se ela existisse anularia, ao menos em parte, o propósito do incentivo estadual, gerando despropositado conflito federativo.

Esse entendimento, aliás, vem sendo sancionado em vários acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça. Mais uma vez, inauguramos uma falsa controvérsia.

Ecosystemas de inovação

Valor Econômico - 05/07/2018

Luciano Coutinho

Graças ao apoio da CNI/IEL à realização do estudo Indústria 2027*, destacamos, na coluna anterior, a renhida disputa em curso entre as principais economias industriais pela liderança tecnológica global, por meio da implementação de estratégias nacionais de inovação ambiciosas e proativas. Em todos os casos, sem exceção, busca-se o fortalecimento ou a estruturação de ecossistemas de inovação para endereçar desafios sociais e programas prioritários.

A complexidade e interdisciplinaridade, inerentes à 4ª revolução industrial, outorgaram aos ecossistemas de inovação um papel relevante nas políticas industriais contemporâneas. Os novos clusters de tecnologias demandam a combinação de conhecimentos científicos e tecnológicos de vários campos diferentes para viabilizar avanços significativos.

Tornou-se obsoleto o modelo convencional de inovação, baseado em projetos internos de P&D, concentrados em empresas líderes e com pouca interação com parceiros externos. Diante da necessidade de aglutinar conhecimentos diversos e diferenciados as empresas inovadoras precisam mobilizar universidades, instituições de pesquisa, laboratórios públicos e privados, parceiros, clientes e fornecedores - formando ecossistemas baseados em amplas redes colaborativas, sinérgicas e dinâmicas.

Uma estratégia nacional de inovação com visão de longo prazo deveria revitalizar as bases do sistema de C&T

Por exemplo, as pesquisas avançadas em nanotecnologias, microeletrônica, genômica, têm alta complexidade, são fortemente interdisciplinares e, portanto, requerem a contribuição de vários campos da ciência e a utilização de distintas ferramentas tecnológicas, demandando a participação de muitos centros de excelência, de várias partes no mundo.

Por isso, dentro das redes colaborativas dos ecossistemas, a tendência tem sido de aumento do número de participantes e de intensificação das suas

interações, inclusive no âmbito internacional, exigindo mais coordenação. Em consequência, ficou mais relevante a orquestração dos ecossistemas por parte das empresas inovadoras e das instituições líderes de C&T, de modo a maximizar as sinergias e resultados.

O mercado de capitais participa ativamente deste jogo investindo em fundos de capital de risco que alavancam startups e aceleram empresas de base tecnológica. Além disso, aumentou o papel do fomento das instituições públicas em apoio aos ecossistemas, por meio de aportes às instituições de C&T e de investimentos em laboratórios avançados e centros de computação de alto desempenho.

Registre-se que a internacionalização das redes colaborativas dos ecossistemas, especialmente no âmbito científico, não implica necessariamente no enfraquecimento da dimensão nacional. Lembre-se que as políticas de financiamento, fomento e regulação são principalmente governamentais e guiadas por objetivos nacionais. Além disso, na maioria dos casos, as empresas e instituições de C&T que lideram os ecossistemas, têm seus centros de decisão nos espaços nacionais.

No Brasil, a violenta contração dos orçamentos de C&T e a ausência de uma estratégia industrial de longo prazo obstaculiza o fortalecimento dos ecossistemas brasileiros. Apesar dos esforços acumulados ao longo das últimas décadas, são poucos os nossos ecossistemas que contam com empresas líderes e instituições de C&T próximas à fronteira das inovações e capazes de acompanhá-la ou de desenvolver novos caminhos (path creating). Estes ecossistemas são preciosos e deveriam receber apoio firme do sistema empresarial e da política de C&T.

Além destes, em vários setores industriais produtivamente eficientes o país dispõe de empresas e de ecossistemas com potencial de se aproximarem da fronteira de inovações, embora padeçam de fragilidades e de desarticulação. A prática estruturada e regular de P&D ainda é rarefeita. Mas nada impede que, mobilizados e estimulados, tomem consciência dos desafios tecnológicos disruptivos e adotem estratégias ousadas de inovação e de organização de ecossistemas capacitados.

Há consenso que o grande desafio da inovação reside nos setores onde predominam médias e pequenas empresas. Nestes setores é muito escasso o exercício de atividades dedicadas de engenharia, ainda mais rara é a prática de P&D e, obviamente, são débeis os ecossistemas de inovação.

Neste caso, centros tecnológicos públicos ou privados (por exemplo, o sistema Senai) precisariam exercer um papel proativo, voltado à capacitação dos empresários, engenheiros e trabalhadores. O objetivo deve ser preparar as empresas para a digitalização dos processos produtivos e de gestão e, prover serviços de certificação, ensaios e testes, difusão de normas técnicas e metrologia - como bases para o desenvolvimento de ecossistemas ativos.

O sucesso na organização desses ecossistemas, com foco na difusão das inovações digitais, dependerá muito da capacidade de fomento e de coordenação das instituições de C&T, da oferta de linhas adequadas de financiamento pelas instituições públicas e do engajamento das associações empresariais locais.

Diante da 4ª revolução industrial, uma estratégia nacional de inovação com envergadura e visão de longo prazo, deveria revitalizar as bases do sistema de C&T e mobilizar as empresas e as instituições de pesquisa para formar ecossistemas criativos e dinâmicos, em sintonia com o potencial competitivo da indústria brasileira.

Esta tarefa requer persistência, ambição e visão de futuro. Deveria ser matéria prioritária nas discussões dos programas de governo.

Os EUA perdedores

Valor Econômico - 05/07/2018

J. Bradford DeLong

Catherine Rampell, do jornal "The Washington Post" lembrou que quando o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, realizou audiência com executivos da Harley-Davidson e representantes sindicais na Casa Branca, em fevereiro de 2017, ele agradeceu a seus interlocutores "por montarem coisas nos EUA". Em seguida, previu que a icônica empresa americana de motos se expandiria na sua gestão. "Sei que a empresa de vocês vai muito bem atualmente", observou ele, "e há um clima neste momento no país que não havia nos últimos meses como se tem agora".

Que diferença um ano é capaz de fazer! A Harley-Davidson anunciou recentemente que transferiria parte de suas operações para jurisdições não sujeitas às medidas de retaliação tomadas pela União Europeia (UE) em reação às tarifas impostas por Trump ao aço e alumínio importados. Trump recorreu então ao Twitter para dizer que estava "surpreso que a Harley-Davidson, entre todas as empresas, seria a primeira a agitar a bandeira branca". Fez em seguida uma promessa que não pode cumprir: "...em última análise eles não vão pagar tarifas nas vendas para a UE".

Depois, em tuíte posterior, Trump afirmou falsamente que, "no começo deste ano a Harley-Davidson disse que transferiria boa parte de suas operações de produção na cidade de Kansas para a Tailândia" e que "a empresa está simplesmente usando as tarifas/guerra comercial como desculpa". Na verdade, quando a empresa anunciou o fechamento de sua unidade de montagem na cidade de Kansas, Missouri, disse que deslocaria essas operações para York, Pensilvânia. De qualquer maneira, o argumento de Trump é absurdo.

Em outro tuíte, Trump lançou mão de ameaças, advertindo que, "a Harley precisa saber que não conseguirá vender aqui nos EUA sem pagar um imposto alto!" Mas, novamente, isso é absurdo: todo o sentido de a Harley-Davidson

mudar parte de sua produção para países não sujeitos a tarifas da UE é vender motos isentas de tarifas aos europeus.

Num último tuíte, Trump decretou que "jamais uma Harley-Davidson deveria ser montada em outro país - jamais!". Prosseguiu prometendo a destruição da empresa e, portanto, dos empregos de seus trabalhadores: "Se ela mudar, que tome cuidado, será o início do fim - eles capitularam, eles saíram! Acabará a "aura" e eles serão taxados como nunca!"

Desnecessário dizer: nada disso é normal. As afirmações de Trump são repletas de desprezo pelo Estado de Direito. E nenhuma delas se alça ao nível de alguma coisa passível de ser chamada de política comercial, menos ainda de governança. É como se tivéssemos voltado aos tempos de Henrique VIII, um monarca impulsivo, demente, cercado por um bando ruidoso de plutocratas, lambe-botas e aduladores, todos tentando dar um impulso na própria carreira enquanto mantinham o barco do Estado à tona.

Os republicanos estão paralisados pelo medo de que, se se voltarem contra Trump, que conta atualmente com o apoio de cerca de 90% da base do partido, terão problemas nas eleições de renovação do Congresso, marcadas para novembro

Trump é inequivocamente incapaz de executar as tarefas de seu cargo de boa-fé. A Câmara dos Deputados e o Senado dos EUA já deveriam ter movido um "impeachment" contra ele e tê-lo tirado do cargo - no mínimo, por infração da cláusula dos emolumentos da Constituição dos EUA. Além disso, o vice-presidente deveria, há muito tempo, ter invocado a 25ª.

Emenda, que prevê a deposição de um presidente considerado pela maioria do gabinete "incapaz de cumprir as prerrogativas e deveres de seu cargo".

Mesmo assim, nem o presidente da Câmara dos Deputados, Paul Ryan, nem o Líder da Maioria no Senado Mitch McConnell, nem Pence ousaram tomar alguma providência contra o ataque de Trump à democracia americana. Os republicanos estão paralisados pelo medo de que, se se voltarem contra Trump, que conta atualmente com o apoio de cerca de 90% da base do partido, terão problemas nas eleições de renovação do Congresso, marcadas para novembro.

Faz bem pensar que as eleições vão pôr tudo em ordem. Mas, no mínimo, o Partido Democrata precisa de uma vantagem de 6 pontos percentuais para retomar a Câmara dos Deputados, devido às definições distorcidas de distritos eleitorais formuladas pelos republicanos para favorecê-los. Os democratas também têm de superar o efeito dessa distorção no Senado. Neste momento, os 49 senadores que se reúnem com os democratas para tomar decisões representam 181 milhões de pessoas, enquanto os 51 que o fazem com os republicanos representam apenas 142 milhões de pessoas.

Além disso, os EUA são conhecidos pelo baixo comparecimento de seus eleitores às eleições de renovação do Congresso, o que tende a prejudicar as perspectivas dos candidatos democratas. E Trump e os republicanos do Congresso têm presidido uma economia relativamente forte, que herdaram do ex-presidente Barack Obama, mas que reivindicam, com prazer, como mérito próprio.

Finalmente, não se deve subestimar o fator medo. Um número incontável de americanos é rotineiramente vítima de campanhas de propaganda pelas redes sociais e da mídia a cabo que apelam para seus piores instintos. Pode-se dar como certo de que neste ciclo eleitoral, como no passado, os eleitores brancos idosos serão alimentados com uma dieta regular de retórica bombástica sobre a ameaça representada por imigrantes, pessoas de cor, muçulmanos e outros bichos-papões dos eleitores de Trump (isto é, quando não lhes forem oferecidas curas falsas para diabetes e fundos de investimento em ouro supervalorizados).

Independentemente do que acontecer neste mês de novembro, já está claro que o século americano acabou em 8 de novembro de 2016 [quando Trump foi eleito presidente]. Nesse dia os EUA deixaram de ser a maior superpotência mundial - o imperfeito mas, em última análise, bem-intencionado garantidor da paz, da prosperidade e dos direitos humanos no mundo inteiro. A era da hegemonia americana de Charles Kindleberger [o idealizador do Plano Marshall] foi agora deixada para trás. A credibilidade perdida para os trumpistas - ajudados pela Rússia e pelo Colégio Eleitoral dos EUA - jamais poderá ser reconquistada.

Solução das 'pedaladas' agravou a recessão

Valor Econômico - 05/07/2018

Ribamar Oliveira

Um estudo, recentemente concluído, sustenta que o reconhecimento e a regularização em 2015 das despesas públicas que não tinham sido contabilizadas anteriormente - as famosas "pedaladas fiscais" do governo da ex-presidente Dilma Rousseff - agravaram a recessão da economia brasileira, que teve início no segundo trimestre de 2014. Pela primeira vez, economistas procuraram dimensionar os efeitos macroeconômicos de todo esse processo que, no campo político, terminou com o impeachment da ex-presidente.

A tese central defendida pelos autores é que a gradual explicitação da existência e a magnitude dos passivos fiscais, que foram escondidos pela "contabilidade criativa", teriam provocado uma série de choques nos agentes privados (chamados de "choques informacionais" no estudo) ao longo de 2015. Os choques aumentaram a percepção de risco em relação à sustentabilidade da dívida pública brasileira.

Com isso, os agentes privados passaram a esperar um ajuste fiscal mais profundo do que o antecipado anteriormente pelo governo para a estabilização das contas públicas. Diante da nova realidade e da implementação do programa de ajuste, eles teriam sido levados a rever suas decisões, reduzindo consumo, poupança, investimentos e a produção.

Estudo avalia efeitos da regularização das despesas escondidas

A principal hipótese do estudo, que será publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), como texto para discussão, é que, até o final de 2014, os agentes privados não conheciam a real situação das finanças públicas do país. E que, a partir do último trimestre daquele ano, eles tiveram sucessivas "surpresas" com os dados cada vez mais preocupantes sobre o "buraco" nas contas públicas.

Naquela época, é bom lembrar, a explicitação dos passivos foi sendo feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com o governo evitando se pronunciar com clareza sobre o assunto. Com base nas novas informações que iam surgindo, os agentes passaram a refazer suas contas sobre o tamanho da despesa para 2015, sobre o superávit primário necessário para a estabilização das contas e o impacto de tudo isso na dívida pública.

A hipótese dos economistas Marco Antônio Cavalcanti, Luciano Vereda, Rafael Zanderer e Matheus Rabelo, autores do trabalho, está baseada na leitura de documentos, relatórios e jornais da época, e na estimativa da evolução da despesa primária do setor público, no período de outubro de 2014 a dezembro de 2015, esperada pelos agentes privados no período.

A despesa esperada pelo mercado aumentou, no período analisado, entre R\$ 109 bilhões e R\$ 139 bilhões, ou seja, entre 1,8% do PIB a 2,3% do PIB. Os autores identificam o primeiro "choque informacional" no primeiro trimestre de 2015. Os dois outros choques ocorrem no terceiro e quarto trimestre daquele ano.

A conclusão do estudo é que os choques de regularização das despesas públicas não contabilizadas exerceram efeitos significativos sobre a economia brasileira, com queda do produto e aumento da inflação. A análise dos impactos macroeconômicos da explicitação e regularização, ao longo de 2015, das despesas públicas não contabilizadas no passado foi feita a partir de um modelo dinâmico estocástico de equilíbrio geral (dynamic stochastic general equilibrium - DSGE).

Os choques atuaram sobre a economia por meio de dois canais de transmissão, segundo o estudo. Em primeiro lugar, a política fiscal contracionista, requerida para reequilibrar as contas, contribuiu para reduzir a demanda agregada e o nível de atividade, aumentando, ao mesmo tempo, os custos de produção e, por conseguinte, a inflação.

Depois, a deterioração dos indicadores fiscais aumentou a percepção de risco dos agentes privados internos e externos em relação à sustentabilidade da dívida pública, levando à elevação do risco-país, à desvalorização da taxa de câmbio e ao aumento da inflação. Como observa o estudo, isso exigiu um aperto monetário, que levou à redução dos níveis de consumo privado e de produção e, indiretamente, reforçou a trajetória de alta da dívida pública por meio da elevação dos gastos com o serviço da dívida. O que, por sua vez, provocou o aumento do esforço fiscal requerido para equilibrar as contas públicas.

O estudo dos economistas procurou também avaliar o custo das alternativas que existiam ao ajuste fiscal executado em 2015, que se baseou em redução dos gastos do governo (investimento, principalmente) e na elevação de impostos.

A conclusão a que eles chegaram foi que a alternativa com menos custo para o produto e para a inflação teria sido a de redução do emprego público (diminuição da quantidade de funcionários) e o aumento do imposto de renda. Em conversa com o Valor, o economista Marco Antonio Cavalcanti, que é técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea, disse que o estudo não analisou a viabilidade política e legal da alternativa que resultaria em menor impacto negativo sobre o PIB. Segundo ele, este foi apenas um exercício teórico, pois, provavelmente, uma redução do emprego público na dimensão necessária não teria sido politicamente viável.

Os economistas avaliaram ainda uma alternativa de ajuste mais brando no curto prazo, adiando para o governo seguinte a parte mais dura. Neste caso, eles concluíram que a perda de produto teria sido ainda maior. "Ao responder aos choques com menor intensidade no curto prazo, as autoridades fiscais permitem aumento mais forte da dívida pública, o que, de um lado, gera aumento mais pronunciado do risco-país no curto prazo, maior inflação e, conseqüentemente, maior aperto monetário; e, de outro, acaba exigindo um aperto fiscal mais forte e duradouro no médio e longo prazos", diz o texto.

O estudo - cujo nome é "Impactos Macroeconômicos do Choque Fiscal de 2015: a Regularização de Despesas Públicas não Contabilizadas" - mostra que ao esconder as despesas que realizou, por meio da "contabilidade criativa", o governo da expresidente Dilma adiou os custos de suas ações, que terminaram sendo pagos na forma de uma recessão econômica mais intensa.

Tombo industrial

O Globo - 05/07/2018

Míriam Leitão

O tombo da produção industrial já era esperado, por causa da greve do setor de transporte de carga. Mas há, nos últimos indicadores, sinais de uma economia em transição. Estava se recuperando e volta a perder vigor. Mais do

que o efeito localizado, a greve foi o ponto que levou o país para outro ritmo. Não apenas pelo movimento, mas pela soma de vários problemas em que se destaca a incerteza política.

A produção industrial caiu 10,9% em maio. Uma queda que fez o país recuar anos. Mas, ao mesmo tempo, no acumulado de janeiro a maio, o setor de bens de capital teve alta de 9,5%, o que é sempre indicação de investimento. Os dados da balança comercial de junho mostram uma retração de 7,7% na importação de combustíveis e lubrificantes, em decorrência da dúvida sobre os preços do diesel. Mas as importações gerais cresceram 17%, e as de bens de capital subiram 33,8%.

Há retrato e filme. O retrato é de um país que em maio despencou o nível de atividade e teve um salto nos preços por causa do violento impacto da greve que uniu caminhoneiros e empresários do setor. A inflação de junho deve ficar em 1,1%, dado que será divulgado na sexta-feira. Nos preços, o efeito pode ser mais temporário, mas no nível de atividade, não.

O Itaú Unibanco estima que a indústria voltará a crescer 10,9% em junho, recuperando a perda de maio. Mas não há consenso no mercado. O UBS, por exemplo, estima crescimento de 7%. O banco ressalta que só houve três momentos piores do que a queda de maio: no plano Collor, em 1990, na greve dos petroleiros, em 1995, e na crise financeira de 2008.

São muitos os choques neste ano sobre uma economia já fraca. A volatilidade cambial, o temor de uma guerra comercial entre as grandes economias do mundo e o cenário opaco sobre a economia e a política brasileira. Toda eleição é incerta porque só as urnas dirão quem é o vencedor. Isso é natural. Mas a nossa eleição é muito mais incerta que todas as outras. O candidato que encabeça as pesquisas está preso e deve ser declarado inelegível. Os outros candidatos, como raras exceções, ainda não deixaram claro suas opções econômicas e políticas. Muitos falam apenas por frases de efeito ou com demonstrações de voluntarismo e tudo isso turva o horizonte.

A economista-chefe da Reag Investimentos, Simone Pasianotto, conta que dois grandes projetos de investimentos que seriam conduzidos pela gestora de recursos foram adiados por clientes após a greve. O mais grave, explica ela, foi a mensagem de insegurança institucional que o país transmitiu aos investidores pelos efeitos da paralisação.

— Temos clientes que investem em grandes projetos, como construção de shoppings, arenas, ativos ligados a construção. Eles são mais conservadores e preocupados com o longo prazo. Depois da greve, dois clientes grandes adiaram investimentos porque a paralisação expôs a fragilidade institucional do país. Agora, só no ano que vem, dependendo de quem ganhar as eleições — disse.

Pasianotto explica que esse perfil de cliente, ligado a obras e à economia real, exige que a Reag seja mais cautelosa em suas projeções. Por isso, a

estimativa de 1,7% para o PIB deste ano já está em viés de baixa. Mas a grande preocupação é se o próximo presidente terá força e vontade para conduzir o ajuste fiscal.

— O desafio é muito grande, e ainda não vemos os candidatos demonstrarem esse nível de urgência com a questão fiscal. O Congresso também parece estar desconectado da gravidade da situação — afirmou.

A greve teve o efeito de ser o catalisador do pessimismo que já vinha reduzindo indicadores desde o começo do ano. Os dados do PIB do primeiro trimestre já vieram abaixo das projeções. E continuou pairando o temor de novo movimento. O governo acabou se comprometendo com novos gastos para interromper a greve e fez promessas que dificilmente conseguirá cumprir, como a tabela do frete. O governo se enfraqueceu ainda mais no Congresso.

Os indicadores mostram esse filme: o país teve uma enorme recessão, saiu dela de forma hesitante, vinha melhorando e agora voltou para um patamar mais fraco. Portanto, essa queda da produção industrial é apenas um evento, mas ajudou a enfraquecer a economia como um todo.

Compensação de créditos tributários

DCI - 05/07/2018

Cláudio Sá Leitão

Durante os episódios recentes da greve dos caminhoneiros, o governo buscou amenizar uma eventual perda de arrecadação com a redução dos tributos sobre o óleo diesel, publicando em 30 de maio deste ano a Lei 13.670 que trata, basicamente, da desoneração da folha de pagamento.

Para tanto, tratou de incluir nessa lei, sem muito alarde, um artigo importante que altera as regras da legislação sobre a compensação de créditos tributários para as pessoas jurídicas (PJ), tributadas pelo Lucro Real Anual (LRA).

O citado dispositivo alterou o artigo 74 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, proibindo a PJ de pagar os débitos do IRPJ e da CSLL apurados pela estimativa mensal (obrigatoriedade do regime de LRA), mediante compensação com créditos fiscais próprios, oriundos de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), inclusive os judiciais com trânsito em julgado.

Uma das “desculpas” do governo para tal restrição, é de que as estimativas compensadas poderiam resultar em um falso saldo negativo. Esse saldo seria compensado novamente com outros débitos, implicando em um não pagamento, sem fim do crédito tributário devido, visto que as estimativas mensais ainda não representam o valor definitivo que somente será apurado no encerramento do exercício. Portanto, trata-se de mais uma restrição ao direito que a PJ tem de aproveitar seus créditos fiscais.

Essa restrição se junta a outra norma publicada pela RFB, por meio da Instrução Normativa 1.765, de 30 de novembro de 2017, a qual trouxe a imposição para o contribuinte somente utilizar os saldos negativos de IRPJ e de CSLL após a transmissão de sua Escrituração Contábil Fiscal (ECF). Além disso, ao obrigar que o recolhimento das estimativas mensais de IRPJ e CSLL seja realizado em dinheiro, o governo não só interfere no fluxo de caixa da PJ, como também desmonta o seu planejamento financeiro efetuado no início do ano, quando optou pelo pagamento dos tributos mensais.

Ou seja, o governo mudou as regras no exercício fiscal em andamento, ignorando que a PJ ao fazer a opção pelo LRA com antecipações mensais (estimativas), esta já contava com a possibilidade de quitar tais débitos mediante compensação, passando ter a proteção do direito adquirido, para o ano calendário de 2018. Isso significa dizer, que essa Lei viola o princípio da segurança jurídica e da confiança da PJ no governo.

Com essa vedação de compensação de estimativas mensais, que já se encontra em vigor, resta ao contribuinte avaliar a possibilidade de questionamento judicial, para continuar pagando o IRPJ e a CSLL com créditos tributários, até a competência de dezembro deste ano, uma vez que essa lei não pode ser aplicada no próprio exercício de 2018. Para os demais contribuintes tributados pelo Lucro Real Trimestral, pelo Lucro Presumido ou Lucro Arbitrado, essa proibição não se aplica, ficando mantido o direito à compensação de seus débitos de IRPJ e de CSLL com os créditos que possuem, elaborando as “Declarações de Compensação”, via PERDCOMP.

Diante do exposto, percebe-se a insatisfação da classe empresarial contra mais essa arbitrariedade imposta pelo governo. Como não há muito o que fazer, só resta a PJ ajuizar uma ação que garanta o direito de compensar seus créditos tributários nas estimativas mensais.

Um alerta sobre a queda da reação fiscal

Valor Econômico - 05/07/2018

Rubens Penha Cysne

O quadro fiscal do setor público consolidado no Brasil (que inclui as três esferas da administração pública) não é mantível por muito tempo. Vamos aos números.

A dívida líquida real cresce período a período do montante dado pelo déficit público calculado com juros reais. Tal déficit corresponde à soma do déficit primário com o pagamento líquido de juros reais sobre a dívida pública.

A dívida líquida gira em torno de 53% do PIB e o juro real, calculado com base na taxa efetiva logarítmica incidente sobre a dívida líquida, em torno de 7,6% ao ano (a taxa efetiva sobre a dívida bruta é mais baixa). Isso implica um

pagamento líquido de juros reais sobre a dívida em torno de 4,0% (= $0,076 \cdot 53\%$) do PIB.

Por outro lado, as receitas correntes totais do setor público têm girado em torno de 35% do PIB. Somando-se a essas o juro real de 4,0% do PIB e o déficit primário de 2,1% do PIB, obtém-se um total de despesas correntes em torno de 41,1% do PIB.

Como o crescimento do valor real da dívida líquida é tautologicamente igual ao déficit calculado com juros reais, conclui-se que para zerar o crescimento da dívida seria necessário um superávit primário de 4,0% do PIB. Como atualmente se tem um déficit primário em torno de 2,1% do PIB, zerar o crescimento da dívida líquida real exigiria um esforço fiscal da ordem de 6,1% do PIB.

Conclui-se, adicionalmente, que o pagamento atual de juros da dívida equivale a algo em torno de 9,7% (= $4,0/41,1$)% das despesas totais do setor público. Observe-se que esse número já capta a recente redução das taxas de juros.

Análises de sustentabilidade requerem ajuste das estatísticas anteriores pela taxa prevista de crescimento das receitas públicas. Em geral trabalha-se com a evolução da razão dívida líquida / PIB. O cálculo do superávit fiscal que manteria constante esse indicador é semelhante ao anterior, exceto por uma pequena diferença: ao invés de utilizar-se o valor do juro real incidente sobre a dívida, utiliza-se esse valor menos a taxa esperada de crescimento do PIB.

Assumindo-se que tal crescimento médio do PIB seja (em taxa logarítmica) da ordem de 2% ao ano, conclui-se que manter a razão dívida líquida / PIB constante requereria um esforço fiscal de 5,1 % (= $(0,076 - 0,02) \cdot 53 + 2,1$)% do PIB, onde a parcela de 2,1% corresponde ao déficit primário.

A questão a ser respondida nesse caso é: esse tipo de esforço fiscal é consistente com o que se tem observado na economia brasileira?

Uma forma de responder estatisticamente a essa pergunta se dá por meio da mensuração da resposta do superávit (ou do déficit) primário do setor público à elevação da razão dívida/PIB. Se ela for positiva e suficientemente elevada, aumentos da razão dívida líquida / PIB terão como contrapartida uma forte elevação do superávit primário (ou queda do déficit primário), tornando mais provável, no longo prazo, o alinhamento com o esforço fiscal necessário.

Uma das possíveis análises macroeconômicas da questão conclui que, para garantir a sustentabilidade da dívida, é preciso que o coeficiente de reação do déficit primário à elevação da razão dívida / PIB (chamemo-lo de RF, iniciais para reação fiscal) supere a diferença entre a taxa de juros e a taxa de crescimento do produto. Ou seja, seria necessário ter-se, usando os números apresentados anteriormente, $RF > 0,056$ (= $0,076 - 0,02$).

A mensagem dos dados é clara. O país terá que alterar fortemente sua trajetória fiscal no futuro próximo

O Gráfico apresenta a evolução do superávit primário (escala à esquerda) e da razão dívida líquida / PIB entre 01/2015 e 04/2018 (escala à direita). Fica claro, pela observação das curvas, um ponto muito preocupante com relação à evolução da situação fiscal brasileira: enquanto no passado a razão dívida / PIB e o superávit primário apresentavam, como seria desejável, correlação positiva, tal fato se reverteu recentemente.

De fato, a correlação entre as duas variáveis passa de + 0,68 entre janeiro de 2003 e dezembro de 2014 para - 0,68 entre janeiro de 2015 e abril de 2018.

Os dados sugerem que, para análise de sustentabilidade da dívida, o cálculo econométrico de RF deve ser feito utilizando-se técnicas que permitam sua variação ao longo do tempo. O uso de técnicas desse tipo é mais complexo, porém importante em função da mudança de correlação que se observa. Cysne e Campos (2018), desenvolvem esse trabalho em artigo a sair no periódico Estudos Econômicos.

A preocupação que emerge da observação da figura 1 mostra-se de fato pertinente: há uma queda contínua da reação fiscal (RF), que passa de 5,67 no período entre 2003 e 2016 para o valor negativo de - 0,016 quando se considera apenas o período de dezembro de 2016 a novembro de 2017. A desigualdade necessária à solvência da dívida, $RF > 0,056$ claramente não se verifica nesse período mais recente, tendo em vista que os dados levam à conclusão de que $RF < 0$. Simplificações metodológicas e imprecisões estatísticas à parte, a mensagem dos dados é clara. O país terá que alterar fortemente sua trajetória fiscal no futuro próximo. Fatores subjacentes ao ajuste de ordem política, social, institucional, econômica e financeira devem ser rapidamente preparados para a mudança.

BCs globais devem ampliar reservas em yuan

Valor Econômico - 05/07/2018

Não têm sido meses fáceis para o yuan, mas nada que impeça a moeda chinesa de continuar ampliando sua participação nas reservas internacionais ao redor do mundo.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou recentemente dados da composição das reservas globais no primeiro trimestre de 2018. O yuan respondeu por 1,39% do total. Ainda é uma fatia modesta, mas que tem crescido de forma notável. No quarto trimestre de 2017, 1,22% das reservas globais estavam em yuan. Até o terceiro trimestre de 2016, era zero.

O yuan viu no começo de 2018 o maior aumento trimestral em sua participação desde o início da série histórica para a moeda chinesa. E a fatia de 1,39% está ainda bem abaixo do peso do renminbi na cesta de moedas do FMI, de 10,9%. A diferença, por si só, já sugere que o mais provável é que a alocação das

reservas globais na divisa chinesa cresça mais, diz Sheena Shah, estrategista do Morgan Stanley.

Porém, mais importante, a participação do yuan deve aumentar conforme o mercado de bônus da China se torna mais aberto, permitindo maior presença de investidores estrangeiros.

Não por acaso, a relevância do yuan como moeda de reserva aumentou a partir de meados de 2017, época do lançamento do Bond Connect - programa que permitiu que gestores de fundos estrangeiros operassem no mercado de títulos chineses sem a necessidade de abertura de contas na China continental.

Em menos de um ano, o mecanismo elevou a fatia de investimento estrangeiro no mercado chinês de títulos de 3,6% para 6,4%. Foram mais de 400 bilhões de yuans em títulos locais comprados no ano passado, de acordo com a provedora de dados CEIC.

Ontem, após dias seguidos de baixa, o yuan se recuperou e fechou em alta de cerca de 0,2%, a 6,6289 por dólar. Enquanto a moeda chinesa cresce na preferência de gestores de reservas, o dólar perde atratividade, embora continue reinando absoluto. Nos primeiros três meses de 2018, 62,48% do total das reservas globais estavam alocadas em ativos em dólar. Apesar disso, é a menor porcentagem desde o quarto trimestre de 2013 (61,24%).

É preciso lembrar, contudo, que os dados do FMI se referem ao primeiro trimestre do ano, antes de o dólar iniciar a trajetória de alta - mais clara especialmente a partir de meados de abril. A moeda americana sobe neste ano mais de 7% ante uma cesta de moedas emergentes e avança quase 3% contra um conjunto de divisas fortes. E, para o Bank of America Merrill Lynch (BofA), o movimento persistirá neste segundo semestre.

"Esperamos que os dados americanos continuem melhorando, com o impulso do estímulo fiscal. Além disso, os fluxos de repatriação continuam sendo um evento binário que pode valorizar mais o dólar", diz Samuel Mann, estrategista de câmbio do G-10 para o BofA.

O BofA estima que o índice DXY - que mede o valor do dólar frente a um conjunto de seis divisas, entre elas euro e iene esteja de 8% a 9% abaixo daquele que seria seu valor justo de médio prazo. "Portanto, há consideravelmente mais espaço de alta do dólar, em linha com os fundamentos", afirma o banco.

Ontem, o dólar ficou perto da estabilidade contra seus principais rivais. Mas, no ano, sobe quase 3% ante o euro e cerca de 2% frente ao franco suíço e o yuan chinês.

Pedido de banco para operar na UE é baixo

Valor Econômico - 05/07/2018

Somente 20 bancos solicitaram licença para operar na União Europeia a tempo para receber aprovação antes de o Reino Unido deixar o bloco. O Banco Central Europeu (BCE) conversou com 50 instituições financeiras que estudam opções para manter o chamado "passaporte", que garante o acesso a uma das maiores economias do mundo, disse Pentti Hakkarainen, membro do Conselho de Supervisão do BCE.

A maior parte dessas empresas não tinha enviado os pedidos até o fim de junho, prazo que, segundo o órgão regulador, os bancos deveriam cumprir para garantir que os pedidos fossem processados antes de o Reino Unido sair da UE em março. "Estamos trabalhando ativamente para evitar impactos adversos dos bancos que não estão preparados", disse Hakkarainen em entrevista. "Mas não deveríamos administrar as entidades em nome deles."

O governo britânico não pretende manter os direitos de passaporte e propôs que ambas as partes reconhecessem as normas umas das outras, plano que foi rejeitado pela União Europeia. Um brexit sem nenhum acordo de divórcio, o que mergulharia as empresas em um limbo legal, também é possível, já que as negociações contenciosas se arrastam e alguns membros do Partido Conservador, da primeira-ministra Theresa May, dizem que prefeririam não fazer nenhum acordo a fazer um acordo ruim.

Os negócios transfronteiriços já existiam antes do passaporte e alguns credores talvez estejam apostando em que poderão continuar como antigamente, disse Hakkarainen. Desde o referendo do brexit, outras autoridades do BCE apontaram que mais de cem bancos usam suas licenças britânicas para acessar o mercado da UE.

Mesmo assim, o BCE não considera o brexit uma ameaça grave à estabilidade financeira na zona do euro, disse Hakkarainen. "A atividade transfronteiriça entre o Reino Unido e o continente não é tão grande em empréstimos e créditos diretos, nem mesmo no caso de emissão de dívida e ações nos mercados de capital." O BCE assumiu a supervisão dos bancos europeus no fim de 2014 com a criação do Mecanismo Único de Supervisão.

Indústria dos EUA já sente impacto das tarifas de Trump

Valor Econômico - 05/07/2018

A indústria de transformação dos EUA tem prosperado nos últimos dois anos, mas agora esse setor teme que os conflitos comerciais provocados pelo presidente Donald Trump coloquem fim à essa expansão.

Muitas empresas dizem que o aumento dos custos do aço, alumínio e de componentes, gerado pelas tarifas americanas, e a ameaça de terem seu acesso a mercados de outros países barrado por medidas retaliatórias criaram uma incerteza que faz com que elas considerem um freio nas contratações e decisões de investimento.

"No geral, a economia esteve muito boa nos últimos 18 meses", disse Michael Haberman, presidente da Gradall Industries, fabricante de escavadeiras de Ohio. "Tivemos um bom ano no ano passado, e estamos no meio de um bom ano neste ano. Mas estamos muito preocupados com as tarifas."

A produção industrial americana cresceu num ritmo forte, se não espetacular, de 1,9% no período de doze meses encerrado em maio. Além disso, esse crescimento vem se mantendo, de acordo com pesquisas do Instituto para Gestão de Oferta (ISM) e da IHS Markit divulgadas na segunda-feira. No entanto, a política comercial do governo Trump começa a ter um efeito visível sobre a indústria americana.

Tanto o levantamento do ISM quanto o da IHS detectaram que muitas empresas relataram alta dos custos e crescente dificuldade em adquirir componentes de fornecedores. Timothy Fiore, do ISM, disse que os comentários sugeriram que as empresas estão "bastante preocupadas" com as tarifas, e isso antes mesmo da entrada em vigor da maioria das medidas anunciadas ou ameaçadas.

Os EUA deverão começar a cobrar amanhã tarifas sobre US\$ 34 bilhões em produtos importados da China, e Pequim já prometeu retaliação de igual valor em produtos que importa dos EUA. Tarifas retaliatórias da União Europeia (UE), Canadá e México em reação às tarifas americanas sobre o aço e alumínio entraram em vigor no último mês. Medidas mais abrangentes estão sendo ameaçadas por EUA, China, UE e outros países.

A escalada da tensão comercial desencadeou reações de companhias americanas de alta visibilidade, como a HarleyDavidson e a General Motors, mas está tendo efeitos muito mais amplos em todo o setor manufatureiro do país.

O ano está sendo muito bom para a Pentaflex, fabricante terceirizada de estampagens e montagens metálicas, com crescimento de 27% das vendas no primeiro semestre. Os produtos da empresa entram nos escapamentos e eixos de caminhões, e a forte demanda por transportes fez com que as vendas de caminhões disparassem desde o fim de 2016.

Mas o aço responde por cerca de 60% do custo de um componente, e seu preço disparou nos EUA. O preço da banda de aço laminada a quente subiu 51% nos EUA desde outubro, segundo a Steelbenchmarker. O percentual supera em muito a tarifa de 25% imposta pelo governo e extrapola também o aumento de preço de 4% do tipo equivalente de aço na Europa.

As altas nos preços estão obrigando os clientes a comprimir as operações, diz Dave Arndt, presidente da Pentaflex e da Precision Metalforming Association, que representa o setor. "Tudo tem sido bom para nós", disse. "Detestaria ver isso acabar devido às tarifas."

Fora a pressão imediata do aumento dos custos, é a ameaça da escalada da guerra comercial o que realmente o preocupa. "Se as pessoas começarem a ficarem nervosas com a situação, as vendas de caminhões poderão cair, e as nossas vendas também", disse Arndt.

Para outros fabricantes, não é o metal, mas os componentes importados que preocupam. A Grandall Industries compra peças fundidas da China, que, segundo prevê, serão alvo da nova rodada de tarifas de 25%. Haberman diz que não há um substituto americano adequado. A Gradall, que vende seus produtos de volta à China, enfrentará alta dos custos e ficará em desvantagem competitiva.

"Não vamos fechar vagas neste momento, mas vamos ser cautelosos nas contratações. Estávamos muito animados, muito empolgados. Agora estamos um pouco mais cautelosos", disse Haberman.

O que o preocupa é a maneira pela qual a posição de Washington parece mudar de uma hora a outra. "No nosso setor a previsibilidade e a capacidade de estimar encomendas futuras são vitais", disse. "Se você não puder fazer previsões para os próximos 18 meses, é muito difícil investir."

Dobra o número de medidas de restrição ao comércio, aponta OMC

Valor Econômico - 05/07/2018

A incerteza criada pela proliferação de ações comerciais coloca em risco a retomada da economia global, e já há sinais de que a escalada na tensão afeta a confiança dos empresários e decisões de investimentos, alerta a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em relatório para o G-20, grupo das maiores economias, a OMC diz que o número de novas medidas que restringem o comércio dobrou nesses países entre outubro de 2017 e maio de 2018.

No período examinado, a OMC contou 39 medidas restritivas nos países do G-20, como aumento de tarifas, procedimentos mais estritos nas aduanas, imposição de taxas nas exportações etc. Os EUA aparecem com duas, a exemplo do Brasil. A Índia é campeã com 16.

Para o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, as conclusões do relatório devem provocar uma real preocupação para a comunidade internacional. "Medidas restritivas adicionais foram anunciadas nas semanas seguintes ao

período do relatório e a deterioração das relações comerciais podem ser mesmo piores do que estabelecido aqui."

Para a OMC, está claro que o crescente uso, assim como crescentes ameaças, de medidas restritivas contribuem para incertezas e podem produzir ciclos de retaliação que pesarão sobre o comércio e produção global.

A situação é mais inquietante porque na lista de restrições só aparece, no caso dos EUA, as sobretaxas na importação de aço e de alumínio. A OMC não conta como restrição a abertura de dezenas de investigações antidumping por Washington, que tem efeito sobre os fluxos comerciais.

Só as investigações antidumping abertas pelos EUA aumentaram de 37 para 54 entre 2016 e 2017, o que representa uma alta de 45,9%. No caso do Brasil, as investigações antidumping caíram de 11 para sete no mesmo período.

Por outro lado, as economias do G-20 implementaram 47 medidas de facilitação do comércio no período examinado nenhuma pelos EUA. O valor do comércio beneficiado com a facilitação chega a US\$ 82,7 bilhões, maior do que o comércio que sofreu restrições, de US\$ 74,1 bilhões.

O comércio mundial de mercadorias cresceu 4,7% em volume em 2017, comparado a 1,8% no ano anterior. Em valor, aumentou 11% para US\$ 17,7 trilhões. As exportações de serviços comerciais somaram US\$ 5,3 trilhões, alta de 7%.

A expectativa era de crescimento na mesma linha este ano, mas os indicadores já mostram sinais preocupantes, diante da persistente ação de Donald Trump.

Para negociadores, a guerra comercial poderá realmente ter maior impacto se Trump implementar sobretaxa na importação de automóveis e autopeças.

Crescimento perde força e comércio global desacelera

Valor Econômico - 05/07/2018

Antes mesmo de uma rodada de tarifas dos Estados Unidos sobre a China entrar em vigor amanhã, já há sinais de esfriamento do comércio mundial.

Indicadores de atividade publicadas nesta semana mostram uma desaceleração no crescimento das exportações mundiais, que foi vigoroso em 2017. Esses dados contribuíram para as significativas quedas nos mercados de ações de grandes países exportadores como a Coreia do Sul e o Japão.

Os dados sugerem que o crescimento global sincronizado que sustentou os mercados mundiais e os lucros das empresas na maior parte do ano passado, já começa a perder fôlego. E essa desaceleração deverá ter um impacto maior sobre o comércio do que o conflito em curso entre os EUA, China e outras grandes economias, afirmam analistas e investidores.

"Há uma grande correlação entre o desempenho das exportações asiáticas e os lucros asiáticos. Você pode estender essa análise do comércio mundial para os lucros mundiais", disse ontem Tai Hui, principal estrategista de mercado para a Ásia da JP Morgan Asset Management. As empresas de setores como o de produtos eletrônicos já estão sofrendo, acrescentou ele.

Há quase seis meses, indicadores de atividade industrial apontam uma redução do crescimento da demanda internacional, enquanto grandes regiões econômicas como a zona do euro e a China deixam para trás um período de intensa atividade.

A parcela de novas exportações do índice Global Manufacturing PMI do JP Morgan caiu para 50,5 pontos em junho, o menor patamar em quase dois anos. O número continua acima dos 50 pontos, indicando que os pedidos de exportação continuam em alta, mas esse crescimento vem caindo a cada mês desde seu pico mais recente, de 54,2 pontos, em janeiro.

Os dados de encomendas sugerem que o crescimento de 4,8% do comércio global de mercadorias de 2017 - o mais forte desde 2011, segundo o Banco Mundial, representando um volume extra de US\$ 1,13 trilhão em produtos comercializados não deverá se repetir.

O volume do comércio global é tão grande que até mesmo pequenas mudanças em sua taxa de crescimento têm mais consequências do que o que está diretamente em jogo na briga entre EUA e China. As tarifas que os EUA deverão implementar amanhã cobrem US\$ 34 bilhões em produtos chineses; a China está anunciando tarifas retaliatórias sobre igual montante de exportações americanas.

As tarifas já impostas - como as definidas pelos EUA sobre as importações de aço e alumínio - poderão não ter um grande impacto sobre as empresas chinesas.

"Com as empresas asiáticas de aço e alumínio a maioria das exportações na verdade é inter-regional. Somente 0,1% da capacidade produtiva total das companhias siderúrgicas chinesas é direcionada para os EUA. No alumínio isso representa apenas 2%", diz Catherine Yeung, diretora de investimentos da Fidelity International.

A moderação do comércio global explica melhor a queda recente dos bônus e ações de mercados emergentes, do que os temores de um aumento do protecionismo, disse a BCA Research, firma de pesquisas independente do Canadá. Qualquer queda no comércio deverá atingir primeiro economias essenciais aos processos globais de fabricação, como as de vários países emergentes da Ásia.

"Quando o comércio mundial cresce, as partes fracas da cadeia se saem bem. Por outro lado, quando o crescimento do comércio global patina, esses

mesmos elos fracos são os primeiros a se romper", diz Arthur Budaghyan, estrategista chefe da BCA Research.

Alguns economistas afirmam que certamente há uma ligação entre o aumento do protecionismo e os dados mais fracos sobre as exportações globais - mesmo que muitas tarifas alardeadas ainda não tenham entrado em vigor.

"Pode ser que as empresas estejam antecipando uma maior dificuldade no comércio com a China ou com os EUA, e estejam ajustando suas cadeias de fornecimento", diz Joanna Konings, economista de comércio internacional do ING.

O mais recente índice de atividade dos gerentes de compras (PMI) do setor industrial da Alemanha, um grande participante das cadeias de fornecimento globais, oferece respaldo à essa interpretação. O crescimento das exportações foi o mais fraco dos últimos dois anos e uma série de empresas mencionaram queda nos pedidos dos EUA e da China.

Até mesmo tarifas pequenas podem ter grandes efeitos na confiança das empresas. Impor tarifas num mundo de cadeias de fornecimento integradas pode ser uma coisa autodestrutiva e isso será repassado aos consumidores americanos, segundo o Morgan Stanley.

"Se a disputa comercial ficar mais complicada, se os dois lados não mudarem suas posições, poderemos acabar com uma ruptura muito mais séria", diz William Yuen, diretor da Invesco.

Fiesp sugere criação de bloco para discutir regras na OMC

Valor Econômico - 05/07/2018

O Brasil deve juntar forças com os outros países do Mercosul para participar como bloco desde o começo do redesenho de regras na Organização Mundial do Comércio (OMC), que está em preparação pela trilateral EUA, União Europeia (UE) e Japão.

Essa é a convicção de um representante da indústria brasileira, Thomaz Zanotto, depois de participar de encontros na OMC, em Genebra, e na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris.

"O Brasil e o Mercosul deveriam ser incisivos para participar dessa discussão desde logo, inclusive por seu papel na segurança alimentar global", afirma Zanotto, que é diretor de relações internacionais e comércio exterior da Fiesp.

Para Zanotto, não há dúvida de que o redesenho das regras, para enquadrar a China, deve vir rapidamente e o Brasil, juntamente com a Argentina, não pode

ficar de fora do núcleo central, também porque há outros temas de interesse comum, como propriedade intelectual e subsídios.

Os líderes da UE, reunidos em Bruxelas na semana passada, deram o sinal verde para trabalhar na "modernização da OMC em áreas cruciais" como: negociações mais flexíveis; novas regras para subsídios industriais, propriedade intelectual e transferência forçada de tecnologia; redução de custos do comércio; nova abordagem sobre desenvolvimento; mecanismo de solução de disputas mais efetivo e transparente; reforço da OMC como instituição, incluindo funções de vigilância e transparência.

EUA, UE e Japão querem ter um consenso básico com a China sobre pontos da nova agenda, a tempo da cúpula do G-20, no fim de novembro em Buenos Aires.

Na OCDE, Zanotto participou de debate sobre as cadeias globais de valor, em meio à escalada da tensão no comércio global, e diz não ter dúvidas do que é interessante para o Brasil. "Volto com a convicção de que temos de explorar mais as cadeias regionais de valor, e que o principal foco de integração regional é a convergência regulatória e a facilitação de comércio."

Mercosul e Efta fazem a primeira troca de ofertas

Valor Econômico - 05/07/2018

O Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (conhecida pela sigla inglesa Efta) fizeram esta semana a primeira troca de ofertas de liberalização de bens, serviços e compras governamentais, acelerando as negociações de um acordo de livre comércio. A Efta é formada pela Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein, países pequenos, mas com poder aquisitivo entre os maiores do mundo.

A negociação foi lançada no ano passado. A quarta rodada de discussões ocorre em Genebra até sexta-feira. A expectativa nos dois blocos fechar o acordo até o fim do ano que vem, ou seja, num prazo de apenas três anos.

Os países da Efta, que normalmente estão entre os mais protecionistas do mundo na área agrícola, apresentaram oferta de acesso a seus mercados, que pela primeira vez vai além do que costumavam oferecer até agora. Isso reflete uma ligeira reviravolta liberal da Suíça, país mais forte do bloco. O governo helvético defende a abertura do mercado e desmantelamento de proteção aduaneira. Isso provoca uma enorme irritação por parte dos agricultores locais.

Os dois blocos terão nova rodada de negociações no quarto trimestre, quando uma segunda troca de ofertas poderá ocorrer. Há sinais de flexibilidade dos dois lados para acomodar questões sensíveis. Do lado do Mercosul, produtos químicos, farmacêuticos e alguns maquinários. Do lado da Efta, a sensibilidade é sobre a entrada de produtos como carnes, açúcar e outros itens agrícolas.

Além disso, há interesses ofensivos, como da Noruega, no transporte marítimo, e da Suíça, no setor financeiro. por exemplo. Os suíços poderão aparecer com demanda para o Mercosul permitir abertura de contas bancárias pela internet, por exemplo.

A flexibilidade e disposição para acelerar as negociações é destacada por quem tem acesso às discussões. É verdade também que o número de produtos na mesa de discussões é bem menor, se comparado à negociação Mercosul-UE.

O governo suíço não tem escondido a pressa para assinar um acordo com o Mercosul, para não ficar em desvantagem em relação aos países-membros da UE. Se houver logo um acordo entre Mercosul e UE, produtos industriais da Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein continuarão a pagar tarifa de 7% a 35%, enquanto as exportações dos 27 países-membros da UE serão menores ou ficarão isentas no médio prazo pelo acordo.